

## DESVENDANDO O VIVER NAS FAZENDAS DOS AZEVÊDO, CARNAÚBA DOS DANTAS-RN (1870-1940)

MARIA DA PAZ MEDEIROS DANTAS

Especialista em História do Nordeste – CERES - UFRN

### RESUMO

Este estudo possibilitou a interpretação do espaço histórico, através das articulações deste com as dimensões sócio-econômicas e com um de seus entes específicos, as práticas culturais que se nutrem da memória de um lugar específico, as *Fazendas Azevêdo de Carnaúba dos Dantas*. Tal interpretação foi articulada a partir do movimento colonizador empreendido pelas elites no espaço do Rio Grande do Norte, desde o momento em que pela pecuária deu-se a ocupação do Seridó (Século XVII) e da Data da Carnaúba (Século XVIII) até a década de 1940, quando são perceptíveis as mudanças e permanências significativas no cotidiano e nos ritos da vida privada das Fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo.

### INTRODUÇÃO

*Enquanto o telégrafo nos dava notícias tão graves (...), coisas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver coisas miúdas, coisas que escapam ao maior número, coisas de míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam.*

(Machado de Assis. *A Semana*, 11/11/1900)

O pensamento desse escritor carioca revela bem a preocupação contemporânea para com as "coisas miúdas", pois nelas encontramos as maiores revelações do cotidiano.

Embora tenha havido investidas anteriores de pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais, foi com os estudos da Escola dos Annales, de

origem francesa, localizados cronologicamente na primeira metade do século XX, que o cotidiano foi encarado como possibilidade de abordagem e reconstituição histórica. Foi no terreno fértil dos Annales que a História do Cotidiano encontrou força para germinar (Le Goff, 1994).

Dentre os estudos sobre o cotidiano, Heller, filósofa húngara, ao tratar das "Estruturas da Vida Cotidiana", afirma que *"a vida cotidiana é a vida de todo homem"*, que dela participa em todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade, pela liberdade que as normas sociais lhe atribuem (1972, p. 17-41). Outro expoente da Nova História, Le Goff, a respeito do cotidiano, conceitua: *"É o domínio privilegiado da história"* (1986, p. 73-82). E ainda, encontra-se em Certeau um grande apoio teórico no que diz respeito à problematização do cotidiano. Escrevendo sobre o homem "ordinário", o homem comum, Certeau constrói o conceito de cotidiano a partir das táticas desviacionistas que este desenvolve em seu dia-a-dia, no sentido de fabricar alternativas de uso e consumo, que fujam das regras do consumismo impostas pelas sociedades capitalistas industriais e pós-industriais. Este entende que as ações repetitivas e íntimas do cotidiano e seus praticantes, os homens "ordinários", são passíveis de investigação histórica (1999).

O uso do termo "cotidiano" encontra-se bastante ligado ao termo "vida privada", chegando, ambos, a se confundirem. O entendimento usual da vida privada e familiar está relacionado, segundo Del Priore (1997, p. 259-60), *"... às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo"*. Um conceito mais contemporâneo, elaborado por essa historiadora a propósito de uma sistematização da História do Cotidiano e da Vida Privada elege a cotidianidade à luz de uma durabilidade da realidade social, que seria partida em duas esferas, a da produção e a da reprodução. Na esfera da produção, conforme o próprio nome sugere, produzem-se bens, havendo, portanto, uma atividade produtiva; é um lugar de acumulação e também de transformação. Em outras palavras, estamos nos referindo à esfera pública, onde os atores sociais que nela vivem tornam-se agentes históricos lembrados nos

documentos como heróis, vitoriosos, homens de importância. Com relação à esfera da reprodução, a da vida privada, nela repetem-se os gestos do dia-a-dia e exercem-se *"práticas que regeneram formas, sem contudo, modificá-las nem individualizá-las"*. Nessa esfera privada, os atores sociais encontram-se à margem dos grandes acontecimentos que ficam gravados nas páginas da História, achando-se marginalizados - à exceção dos que participarem, de forma intensa, de movimentos coletivos de revolta.

Essa dicotomia de aptidões que opõe o privado ao público nos abre o sentido para uma reflexão entre os "excluídos" e os "detentores" da História. Ainda segundo Del Priore, o "cotidiano" só foi inventado em meados do século XVIII, quando as relações de produção capitalistas ocasionaram uma *"(...) maior autonomia de uma vida privada e familiar, distinta da vida pública"*. Antes dessa época não existia a vida privada como hoje a conhecemos, tornando-se problemática, assim, a interpolação desse conceito a períodos anteriores (1977, p. 261-2).

Nesse sentido, tendo como temática o cotidiano e a vida privada, e como referência empírica o Sítio Carnaúba de Baixo, município de Carnaúba dos Dantas, interessamo-nos, nesta pesquisa, por viajar pelos caminhos tortuosos e não-lembrados da esfera da reprodução das fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo, atentando para as formas de sobrevivência e coexistência dos homens "ordinários" - como dizia Certeau - em seu dia-a-dia. No percurso do trabalho são analisadas as práticas comuns, desfiando-se a teia de relações entre a dimensão econômica e a sócio-cultural dos habitantes do referido lugar, no período de 1870 a 1940.

A escolha do tema e de sua base empírica fundamenta-se no sentimento instigado a realizar uma pesquisa que contemplasse a história vivida em um quadro espacial rural tido como *"lugar de memória"* (Nora, citado por D'Aléssio, set.92/ago.93, p. 101). Daí procurarmos desvendar, por meio da narrativa histórica, formas de viver no interior sertanejo do Rio Grande do Norte, assim como a pluralidade das vivências entre história, cotidiano e memória coletiva,

sendo esta última aqui entendida enquanto "*construção social*" (Halbwachs, citado por Burke, 2000, p. 71).

Dessa maneira, o presente trabalho objetiva investigar formas de viver e trabalhar no Sítio Carnaúba de Baixo, para desvendar aspectos e significados das dimensões econômica e sócio-cultural, no recorte temporal dos fins do século XIX até a década de 40 do século XX, bem como reconstituir a memória dos descendentes das famílias Azevêdo no que se refere ao cotidiano e aos ritos da vida privada no espaço doméstico das fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo.

Uma vez delimitado temporal e espacialmente o objeto de estudo, e propostos os objetivos, emergem os seguintes questionamentos: Como, a partir da memória coletiva, reconstituir a história desses "heróis obscuros" de quem somos devedores e aos quais nos assemelhamos? Qual o nível de vida e forma de passar o tempo nas casas das fazendas dos Azevêdo? Como o tempo era percebido no uso do cotidiano? Que códigos eram estabelecidos nas relações sociais? Como se estruturava a vida econômica? Como se processavam os grandes e pequenos ritos? Assim, entendemos que para buscar respostas para tantas questões, é preciso que estabeleçamos um diálogo entre o presente e o passado, para apreender o sentido das permanências e mudanças dessas vivências no universo cultural.

Para essa investida, elegemos os métodos investigativos presentes na História Cultural e do Cotidiano. Com especial atenção à História Cultural, tentamos encarar o conceito de "circularidade cultural" proposto por Ginzburg: "*a cultura popular se define pela sua oposição à cultura letrada ou oficial das classes dominantes e, de outro lado, pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas de acordo com os seus próprios valores e condições de vida*" (citado por Vainfas, 1997, p. 152).

A escolha da documentação obedeceu a uma conduta metodológica em relação ao tipo de análise que pretendemos realizar. Inicialmente, recorreremos à leitura e análise de fontes bibliográficas por meio do uso de referencial teórico e

da historiografia regional e local. Além disso, utilizamos as fontes cartoriais (inventários pós-mortem e carta patente), documentos de família (livros de assentos e álbuns de família) e orais, que constituíram ferramentas fundamentais para diversos aspectos do lugar e de seus sujeitos históricos.

Tomando os referenciais teórico-metodológicos acima citados como suporte, estruturamos o trabalho em três capítulos. No capítulo inicial (*O povoamento de Carnaúba dos Dantas no contexto da colonização do Seridó*), procuramos entender os processos históricos de ocupação do espaço seridoense, contemplando o período da economia pastoril - fator responsável pelo surgimento das fazendas e das primeiras datas da Carnaúba, bem como outras atividades desenvolvidas nas Fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo ligadas à agricultura, ao extrativismo, à indústria e ao comércio.

No segundo capítulo (*A casa da fazenda*), analisamos a arquitetura das casas-grandes das referidas fazendas, apontando os espaços domésticos das mesmas, definindo as funções desses espaços e tentando estabelecer as diferenças entre as duas residências. Nelas, são registrados os espaços de intimidade, o mobiliário, os hábitos alimentares, as atividades desenvolvidas no seu interior, as formas de convívio e sociabilidade doméstica daquela época.

Por fim, no terceiro capítulo (*Ritos da vida privada*), tratamos da privacidade a partir de diferentes fontes documentais e orais que, na maioria das vezes, retratam os ritos de passagem da vida: nascimento, casamento e morte, iluminando o curso ordinário das coisas, suas marcas, sua porosidade entre a casa e a rua, ajudando a compreender o conjunto de práticas consagradas pelos usos e normas na vida privada dos espaços domésticos das casas dos Azevêdo, até o período em estudo, dando ênfase às mudanças e permanências.

## **1. O POVOAMENTO DE CARNAÚBA DOS DANTAS NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO SERIDÓ**

### **1.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO SERIDÓ**

Do início do século XVI até meados do século XVIII, o cultivo de cana-de-açúcar foi a primeira e grande atividade econômica implantada no Brasil pelos portugueses.

Na época da colonização, o açúcar foi utilizado para atender às necessidades do mercado externo. Pelo fato de o mesmo ser um produto de alto valor no circuito mercantil europeu e seu consumo estar em expansão, os portugueses entenderam que a produção de açúcar no Brasil seria capaz de lhes garantir grandes lucros e, ao mesmo tempo, assegurar a posse da terra. Esta compreendia uma estreita faixa de terra própria ao cultivo da cana, na costa, dispondo de 30 a 60 quilômetros de largura para esse fim. Como bem esclarece Macêdo (1998, p.18): *"O sentido da economia fez com que o litoral bastasse aos portugueses. Não era o caso deles investirem rendas e vidas nos sertões [desconhecidos] do interior brasileiro, pelo menos num primeiro momento"*.

A indústria do açúcar, modo pelo qual a Coroa portuguesa vai fazer da colonização um negócio lucrativo, desenvolverá uma forma de ocupação aventureira do espaço, não correspondendo, como se pode verificar, à versão tradicional de uma empresa tipicamente agrícola, já que a pecuária se fazia presente, através do gado vacum que, era uma relevante fonte fornecedora de carne e força motriz dos engenhos. Podemos considerá-la uma atividade aventureira, pois os homens que vinham trabalhar na indústria açucareira tinham planos de melhorar de vida, aventurando-se numa terra desconhecida e, ao mesmo tempo, paradisíaca<sup>1</sup>, em contraponto às precárias condições de existência na metrópole portuguesa.

Para garantir a permanência dos fatores de produção na agroindústria, era relativamente pequena a porção do mercado da economia açucareira a que podiam ter acesso outros produtores coloniais. Com relação à orientação mercantilista, esclarece Furtado (1995, p. 56-7): *"No setor de bens de consumo, as importações consistiam principalmente em artigos de luxo, os quais, evidentemente, não podiam ser produzidos na Colônia. O único artigo de*

---

<sup>1</sup> Cf. Holanda, S. B. de. *Visão do paraíso*, p. 179-276.

*consumo de importância que podia ser suprido internamente era a carne".* Dessa forma, poucos produtos proviriam do solo brasileiro para o consumo interno da colônia, somente aqueles que Portugal não pudesse abastecer.

O caráter extensivo da atividade açucareira no litoral exigia a agregação de novas áreas de cultivo. Os rebanhos, por sua vez, precisavam de amplas pastagens, tornando impossível a convivência do gado com o engenho, *"a ponto de ser objeto de preocupação da Carta Régia de 1701, que proibiu a criação a menos de 10 léguas do litoral"* (Macêdo, 1998, p.18). Assim, a solução encontrada foi a necessidade de cisão entre a monocultura da cana e a pecuária, ao mesmo tempo em que se assegurava o desbravamento do sertão. Portanto, foi o boi que abriu os caminhos do Seridó, formando não só os primeiros povoados sertanejos, mas também determinando *"a criação, no próprio Nordeste, de um sistema econômico, dependente da economia açucareira"* (Furtado, 1995, p. 57).

Em virtude do clima e das terras inadequadas ao plantio da cana-de-açúcar, essa atividade teve pouca representatividade na economia da capitania do Rio Grande, registrando-se apenas a presença de dois engenhos: Cunhaú e Ferreiro Torto. As terras do Rio Grande eram mais propícias à criação do gado. Assim, a pecuária torna-se a grande responsável pelo processo de ocupação e povoamento das terras da capitania, sendo também uma das únicas atividades econômicas exclusivamente voltadas ao comércio interno. O gado do Rio Grande abastecia não só as áreas açucareiras do litoral, mas também era comercializado com as capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá. *"Que da sua carne resulta o imposto que se paga para a infantaria; e de seu serviço, a permanência de todos os Engenhos e Canaviais de Pernambuco"* (Medeiros, 1980, p.23).

A doação das terras no interior do Rio Grande deu-se com a intenção de reorganizar a Capitania que havia sido devastada pelos holandeses à época de seu domínio na região (1633 a 1654).

Na segunda metade do século XVII, começa a doação de terras na região Seridó, com o intuito de se criar gados para através destes povoar o Sertão.

Os registros nos livros da Capitania do Rio Grande indicam que datam de 23 de março de 1676 as primeiras sesmarias<sup>2</sup> concedidas na região para "povoar com seus gados", mais especificamente na data do Acauã, a Teodósio Leite de Oliveira, a Teodósia dos Prazeres e a Manuel Gonçalves Diniz. Posteriormente, em 29 de novembro de 1679, foram concedidas terras a Luiz de Souza Furna, Antônio de Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara. Essa data principiava na Serra do Trapuá (Acauã) e media vinte léguas de extensão por quatro de largura.

Com a doação das datas de sesmarias, teve início a edificação de currais para reunir o gado. A ocupação das terras pelo "homem branco" teve grande repercussão entre os nativos da região. Na época, todo o Sertão Potiguar era habitado por tribos indígenas, tais como: Sucurus, Janduís, Pegas e Canindés, da Nação Tarairiú. O contato dos silvícolas com o elemento branco ocorreu de forma violenta, uma vez que os colonos intencionavam escravizar os nativos e apropriarem-se das terras. Além do mais, estes estavam vendo suas reservas naturais serem ameaçadas com a presença dos colonizadores. Inconformados com tal situação, os silvícolas sublevam-se, gerando uma revolta denominada "Guerra dos Bárbaros"<sup>3</sup>, que iniciada em 1687, como reação ao movimento expansionista dos portugueses nas terras indígenas, após a vitória sobre os holandeses, encerrando-se em princípios do século XVIII.

Não foram os grão-senhores, todavia, atores da conquista dos sertões. Não foram estes que enfrentaram o calor e a sede nas caatingas abrasadas, nem as flechas traiçoeiras dos indígenas que, atacados pelo conquistador, não tinham para onde recuar, passando a defender palmo a palmo a terra seca onde

---

<sup>2</sup> A respeito das Sesmarias e da Lei de Terras, cf. Mattos, M. R. M. F. *Vila do Príncipe* (1850-1890): *Sertão do Seridó - um estudo de caso da pobreza*, p. 83-8. Confira também Medeiros, J. A. de. *Seridó*, p. 16.

<sup>3</sup> Na historiografia regional são encontradas outras designações para o referido combate: Rebelião ou Levante dos Tapuias (Suassuna, L. E. B. *História do Rio Grande do Norte Colonial 1597/1822*, p. 105); Insurreição dos Cariris (Rosa, J. da N. S. *Acarí - Fundação, História e Desenvolvimento*, p.14); Revolta dos Índios (Cascardo, L. da C. *História do Rio Grande do Norte*, p.96). Cf. Silva & Silva, p. 15.

caçavam e as ribeiras onde obtinham pesca para a sua alimentação. A defesa das reses deixadas nos currais como verdadeiros marcos do avanço do movimento povoador era feita pelos vaqueiros, muitas vezes escravos, e por posseiros que, não dispendo de prestígio na capital do Brasil, Salvador, nem condições necessárias à obtenção de sesmarias, colocavam-se sob a proteção de um potentado e tornavam-se, mais tarde, seus foreiros<sup>4</sup>.

Concedidas as primeiras datas e sesmarias no interior semi-árido do Nordeste, certos grupos tapuias, principalmente aparentados dos janduís, começaram a sentir os efeitos negativos representados pela desapropriação de suas terras, indispensáveis à obtenção de sua alimentação baseada na caça, na pesca e na coleta de mel. Conforme enfatiza Andrade (1980, p. 163),

Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas, não viam com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras<sup>5</sup> mais férteis. (...), afugentando os índios para as serras ou para as caatingas onde havia falta d'água durante quase todo o ano.

Convém salientar que em 1685, os janduís já demonstravam descontentamento. Em 1687, a situação se agravou, sendo descrita por Cascudo da seguinte forma: "*Os índios corriam incendiando, matando o gado e os vaqueiros e plantadores do Sertão (...). Mais de cem homens mortos*" (1982, p. 109).

O Capitão-Mor da Capitania do Rio Grande, Pascoal Gonçalves de Carvalho, desesperado, solicita socorro aos seus colegas Capitães-Mores de Pernambuco e Paraíba, além do Senado da Câmara de Olinda.

---

<sup>4</sup> Os foreiros estabeleciam-se com o curral e as reses no "sítio", pagando anualmente um foro que atingia em 1710, dez mil-réis na Bahia. Esses sítios eram formados quase sempre por um lote de uma légua em quadro. Cf. Andrade, M. C. de. *A Terra e o Homem do Nordeste*, p. 162. Confira também Mattos, M. R. M. F. Op. cit., p. 84.

<sup>5</sup> Nome do rio denominador de vertentes. Citado por Cascudo, L. da C. *Nomes da Terra*, p. 38. Províncias do Norte - Distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do rio que a banha; e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence a cada proprietário. Citado por Macêdo, M. K. de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*, p. 26.

A situação era crítica, de fato. Os silvícolas avançavam rumo à capital. Atingiram Ceará-Mirim, próximo a Natal. Para se defenderem, os colonos construíram casas-fortes em Tamatanduba, Cunhaú, Goianinha, Mipibu, Guaraíras, Potengi, Utinga e Aldeia de São Miguel (Extremoz), - sendo que estas duas últimas, ficavam a poucos quilômetros da fortaleza dos Reis Magos.

O município de Carnaúba dos Dantas era habitado, à época do contato com o "*homem branco*", pelos tapuias da Nação Tarairiú, distribuídos em três tribos principais: a dos Janduís, a dos Canindés e a dos Pegas, intimamente ligados. A Serra da Rajada<sup>6</sup> – localizada nos municípios de Carnaúba dos Dantas e Acari – era uma zona de concentração dos Tapuias Tarairiús da tribo dos Janduís e, como a maioria dos Tapuias dos Sertões do Seridó (nessa época designado de "Sertão do Acauã"), colocam-se contra a presença do colonizador.

O pesquisador Helder Macedo, em 1996, consultando o Acervo Particular de Dom José Adelino Dantas - Biblioteca Pública "Donatilla Dantas" (Carnaúba dos Dantas-RN), no livro "*Datas e Notas Para a História da Parahyba*", de autoria do historiador paraibano Irineu Ferreira Pinto, encontrou junto com esse livro, documentos manuscritos que segundo este mesmo historiador foram extraídos dos Arquivos do Cartório de Pombal (PB). Intitulado de "*bando*"<sup>7</sup>, o documento datado de 1690, traz um relato de autoria de Francisco de Oliveira Barros sobre um combate das tropas portuguesas comandadas por Domingos Jorge Velho na Serra da Rajada em 1689<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> A tradição secular associa o nome da Serra da Rajada à grande presença de uma variedade de abelhas chamada de "rajada", que fabricam mel muito saboroso.

<sup>7</sup> Significa edital. Cf. Lira, A. T. de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 111.

<sup>8</sup> "Bando q. mandou botar N. M. na serra da Rajada nhos indios tapuyos desta capitânia do Rio Grãde (...). Digníssimo el-rey de Portugal depoiz q. eu Prév. Real de S. M. q. Deos goarde a cargo do excm<sup>o</sup> vice-rey do Brazil Ant<sup>o</sup> Luiz Gonssalves Camera Coutinho - o aferi (...) dos combates de noça nassao portugueza contra o gentio dos tapuyos janduins nessa capitânia. || e porisso excm<sup>o</sup> vice-rey do Brazil Ant<sup>o</sup> Luiz Gonssalves Camera Coutinho mandou prl. Intermedio do cap. mr. e depois êste ao domingos Georges Velho (...) q. os mesmos fossem (...) aquela serra e dali desbaratasse os barbaros... || na coal xegou ele (...) domingos Georges Velho ahos vinte seis e até 30 ai permaneceu combatendo aqeles barbaros do mez de 8br<sup>o</sup> do anno do nassimento de Jesus Christus de 1689 annos || do grde. combate do dia vinte e oito do mêz de 8br<sup>o</sup> de d<sup>o</sup> mêz as tropas de domingos Georges (...) teve de vitoria hum mil e quientos tapuyos mortos e trezentos prezos tendo morrido das troppas 30 homens além d'outros | e os tapuyos despersarão-se indo p. local xamado pr. Elles de queicar xuc q. significa saco do xiqexiqe; sua

*"A Guerra dos Bárbaros teve como epicentro a Capitania do Rio Grande"* (Medeiros Filho, 1998, p. 59). Para assegurar seus interesses e acabar com a ameaça dos Tapuias nas ribeiras do Açu e Seridó, o Capitão-Mor do Rio Grande, Pascoal Gonçalves, a 24 de fevereiro de 1688, lança um bando *"no qual declarava, em nome de Sua Majestade, que seriam perdoados de seus crimes aqueles que acudissem ao real serviço, fazendo guerra ao gentio"* (Cunha, 1992, p. 442). A Coroa portuguesa representada pelo Governador Geral do Brasil, Matias da Cunha, nesse mesmo ano, envia Terços dos Regimentos, equipados com armas de fogo e muitos homens para combater os bárbaros do Rio Grande. O mais sanguinolento desses Terços foi o dos Paulistas, liderado pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. O acampamento do sertanista situava-se na ribeira do Piranhas, fronteira com a Paraíba. Combateu no Seridó sem, no entanto, participar da última batalha da guerra cujo palco foi o Acauã. Ali ficou sob o comando das tropas, um cabo de seu Terço que, conforme relato do capitão-mor Agostinho César de Andrade: *"derrotou o gentio (...), e trouxeram mil e tantos prisioneiros"* (Medeiros Filho, 1984, p.122). Nesse combate teria sido preso o rei Canindé - que tinha sua aldeia na região do rio Acauã - pelo final de 1687<sup>9</sup>.

Em 1692, a ocorrência de uma grande seca debilitaria os índios revoltosos, o que daria ensejo à assinatura de um *"Tratado de Paz"*, firmado pelo Conselho Ultramarino, em 8 de janeiro de 1693, entre o Rei Dom Pedro II, de Portugal, e os Tapuyas dos Campos do Assu em nome do seu Rei Canindé (Medeiros Filho, 1994, p. 123). Por esse tratado, esses índios, estimados em 12 a 13 mil, prometiam 5 mil guerreiros para lutarem ao lado do português contra invasores estrangeiros ou tribos hostis, e em troca recebiam a garantia de uma

---

gloria desfraldada voltou o erario da tropa de Domingos Georges Velho para o seu lugar de origem levd<sup>o</sup> consigo o que de N. M. pedoretty pedio por entemedio do Cap. Mor do Rio Gråde. e eu subimêto aos da referida camara o referida copia Frc<sup>o</sup> de Olivêra Barros escrivão substituto q. o escrevi. 1690 annos do nassimento de N. S. J. C. do Brazil". Cf. Macedo, H. A . M. de. Quando o sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da história colonial. *O Galo*, jornal cultural: Fundação José Augusto, ano XI, n. 4, abril/maio 2000.

<sup>9</sup> Os índios canindés ocupavam a parte norte do Seridó, ficando limitados pelos grupos dos jenipapos e dos sucurus; estes na parte sul do território ocupado pelos canindés e, os jenipapos ao norte. Cf. Medeiros Filho. O. de. Idem, p. 123.

área de dez léguas quadradas em torno de suas aldeias. Além disso, seriam considerados livres, não obstante devessem fornecer uma quota de trabalhadores para as fazendas de gado.

Outros janduís, a exemplo dos do Seridó (canindés), vieram também a pedir paz aos portugueses, o que ocorreu aos 20 de setembro de 1695. (Medeiros Filho, 1984, p. 124).

Foi na Capitania do Rio Grande, que em 1720, durante o governo de Luís Ferreira Freire, deu-se a última rebelião geral dos índios<sup>10</sup>. Com a dizimação dos indígenas, ou então, com a dominação e o posterior aldeamento dos tapuias remanescentes em "missões" religiosas, o Seridó (como demais regiões do Sertão potiguar) começou a ser efetivamente ocupado, reacendendo-se o interesse pelas terras para a criação do gado bovino.

O povoamento do Seridó, partindo de Pernambuco e Paraíba, principalmente de Olinda, Igarauçu e Goiana, deu-se de Leste para Oeste – pelo Boqueirão de Parelhas – e do Sul para o Norte, pela Borborema, com corrente migratória proveniente da Bahia, atingindo o Sertão do Piancó, a ribeira do Piranhas e, por fim, o Seridó. O colonizador, anteriormente ligado aos poderosos grupos econômicos – o arrendatário, e agora, muitas vezes, ex-combatente nas lutas contra o tapuia, quando chegava numa região desconhecida e descobria poços d'água permanentes, aí se situava, introduzindo o gado, geralmente, constituído de um touro e três vacas, para depois requerer a sesmaria. Quando em um sítio<sup>11</sup>, o seu descobridor "*introduzia os seus gados levantando um rancho e uma caiçara, primeiros estágios do uso da terra, tal sítio já caracterizava sua finalidade econômica, passava a ter a denominação de fazenda*" (Medeiros Filho, 1983, p. 10).

---

<sup>10</sup> Cf. Lira, A. T. Op. cit., p. 134.

<sup>11</sup> Naquela época tinha duplo significado. Quando empregado como "*sítio de terras*" sugere uma localização geográfica. Presume a idéia à propriedade de uma extensão maior de terras do que aquela cujos registros falam de "*uma parte de terras*". A outra constatação do termo sítio é aplicada no sentido de pequena propriedade, fazendola. Cf. Mattos, M. R. M. F. Op. cit., p. 104.

Adquirida a terra para a fazenda<sup>12</sup>, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois, ficava tudo entregue ao vaqueiro. *"A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado, abrir cacimbas e bebedouros"* (Abreu, 1992, p. 138).

A atividade da pecuária não absorveu um número significativo de mão-de-obra, em razão de a presença escrava ser reduzida, e ainda mais, nesses territórios imensos seria difícil uma vigilância eficiente sobre os escravos<sup>13</sup>. O proprietário geralmente não tinha uma única fazenda; visitava suas terras esporadicamente e residia nos centros do litoral.

Desde o começo do século XVIII, as sesmarias haviam sido limitadas ao máximo de três léguas, separadas por uma devoluta. A criação de gado, na forma como se desenvolveu na região nordestina, era uma atividade econômica de característica distinta da unidade açucareira, pois *"a ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante"* (Furtado, 1995, p. 57).

Embora tenha sido a pecuária, no período colonial, uma atividade secundária, vivendo em função do açúcar e da mineração, representou, contudo, uma importância fundamental na ocupação do interior brasileiro. Foi a economia criatória que interiorizou o homem branco, antes mesmo da mineração.

No Nordeste, a pecuária abasteceu os núcleos de povoação situados na costa, desde o Maranhão até a Bahia. Através de um polígono seco, com poucos rios, de vegetação predominantemente arbustiva e, sobretudo cactácea, irradiou-se a pecuária para diversas regiões, partindo de dois núcleos iniciais: Pernambuco e Bahia.

O alargamento da criação fez da capitania do Rio Grande uma região francamente pastoril; trouxe o que Capistrano de Abreu chamou, com

---

<sup>12</sup> Dantas, J. A. *Homens e fatos do Seridó antigo*, p. 27.

<sup>13</sup> Para Furtado a mão-de-obra absorvida na pecuária era livre ou semi-servil. A esse respeito veja-se *Terra e o homem no Nordeste*, p. 162 - 7. Essa tese é contestada por Mattos, op. cit., p. 145-166.

propriedade, a "*época do couro*". Os primeiros ocupantes do Sertão passaram vida pouco confortável, um pouco amenizada pela fartura de carne e de leite. O couro era a matéria-prima fundamental para a confecção de artefatos e mobiliários. Assim registrou Abreu (1982, p. 133):

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

Enfim, conforme relata Moraes, "*não há como desvincular o processo de ocupação do Seridó da expansão do Complexo Nordestino*" (1999, p. 37), particularmente da criação de gado pelo espaço norte-rio-grandense; nem como desconsiderar a importância que teve a pecuária no contexto sócio-econômico dessa região e do próprio Estado.

## 1.2 POVOAMENTO DA DATA DA CARNAÚBA

A história da ocupação e do povoamento da Data da Carnaúba<sup>14</sup> confunde-se com a própria história da região do Seridó, primitivamente habitado pelas tribos indígenas Tapuias<sup>15</sup>.

É importante apreender que a referida Data era povoada pelas tribos dos Janduí, Canindés e Pegas-Tapuias pertencentes à Nação Tarairiú<sup>16</sup>.

A área que corresponde ao atual município de Carnaúba dos Dantas aparece citada, pela primeira vez, em documento datado do ano de 1545, quando os portugueses fazem a primeira visita oficial ao interior da Capitania do Rio Grande, no *Valle Sirido* (Macedo, 1998, p. 10), onde passaram pelos lugares

<sup>14</sup> Topônimo indígena, alterado de Caraná-yba, Caraná-uba, - a palmeira, a árvore Caraná. Cf. Dantas, J. A. *O Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia*, p. 46.

<sup>15</sup> Para saber mais sobre os Tapuias ver Medeiros Filho, O. de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 33-7.

Boqueirão do Cuó, Riacho de Carnaúbas, Queiquó e Piancó, além de outros lugares<sup>17</sup>.

Ao analisar o documento abaixo transcrito, julga-se, pela indicação, que os lugares citados estavam localizados no Vale Seridó e, com base na tradição oral, que o Boqueirão do Cuó seja o atual Boqueirão do município de Parelhas; o Riacho de Carnaúbas - o atual rio Carnaúba, município de Carnaúba dos Dantas<sup>18</sup>; o Queiquó como sendo o atual rio Seridó, no município de Caicó, anteriormente chamado de Acauã<sup>19</sup>; e Piancó, hoje região de Pombal (PB). Visitaram o Seridó, na citada ocasião, Antonio de Mendonça e Vasconcelos, José Britto de Almeida, Pero Loppes de Macedo e Natanael Gomes Soares. O documento foi passado a limpo em 15 de janeiro de 1657 pelo escrivão Gaspar Costa.

Em 11 de abril de 1613, pelo Capitão-Mor Teodósio de Orggeste Machado, Provedor Real de Sua Majestade, foram demarcadas as terras do Riacho de Carnaúbas. A demarcação principiou com o Rei Janduí, imperador dos Janduí, "*allegando q. imperava nes dittas terras cm<sup>o</sup> senhôr de gaddos mortos || e lavôuras rastêras*" (Macedo, 2000, p. 20). Por essa razão pediu ao referido capitão "*oito legoas<sup>20</sup> de comprido por duas de larggo peggando (...) da rocha em forma de piramide na serra do piaui (...) athe atingir o logar Marinbôndo*" (Macedo, 1998, p. 20). Sucederam-se: o português Cosme Francisco de Bourbon, alegando que desde 1611 possuía parte do Riacho de Carnaúbas, por data de sesmaria

---

<sup>16</sup> A respeito do perfil dos tapuias tarairiús conferir Medeiros Filho, O. de. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*, p. 51-61.

<sup>17</sup> "Aos nove dias do mês de Abril do Anno do nassimento de N. Sr. Jezus Cristhus de hum mil quientos e coarenta e 5 annos se deo a premera vizita dos portuguezes ao território interiorano inclusivi o Valle Sirido || como então he chammado pelos tapuyos jundoins vizitas forão ocorridas n'el logazes Boucqueiãm d'cuoriacho d'Carnahubbas - queiquó - piancó alem d'outros c. menos emportanssia. (...) || essa vizita foi o pr<sup>o</sup> contacto daqêlles tapuyos co' brancos portuguezes (...) se finalizando aqla. vizita c. a offerenda de cõndimentos e presentes d'el-rey de Portugal aos tapuyos daq. Valle do sirido (...)" Cf. Macedo, H. A. M. de. *Jornal Cultural - O Galo de abril/maio*, p.19.

<sup>18</sup> Embora existam riachos com o mesmo nome nos municípios de Mossoró, Serra Negra do Norte, Acari e um rio em Caicó. Cf. Cascudo, L. da C. *Nomes da Terra*, p.80.

<sup>19</sup> Em Tarairiú era CUÓ, assim como QUEI significava RIO. Cf. Medeiros Filho, O. de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 142.

neutra, com 3 léguas de comprimento por 7 de largo, pegando do marco do Rei Janduí e indo até o lugar Rajada; os negros Firmino, Antonio, Roberto e Jerela, do Major Antonio de Melo Castro Ribeiro, com 1 légua de comprimento por meia de largo, pegando do marco de Cosme Francisco de Bourbon; o Rei Canindé, imperador dos Canindés, com 4 léguas de comprimento por 1 de largo, pegando do marco dos negros e indo até o lugar Caiçara de Pedra, do Gentio Pega; o bandeirante Luís Gomes, com uma jornada de léguas de fundo por meio de largo, pegando do marco anterior e indo até o Sítio Acari; novamente o Rei Janduí, com 4 léguas de comprimento por meio de largo, pegando do marco de Luís Gomes e indo até o lugar Ermo dos Anuns; finalmente, o Rei Pecca, representando a tribo dos Pegas, com 900 braças de comprimento por 34 e meia de largo, pegando do último marco do Rei Janduí e indo até a Pedra Pirâmide<sup>21</sup>.

Cessada a Guerra dos Bárbaros, as terras que hoje formam o município de Carnaúba dos Dantas passaram a ser visitadas, no início do século XVIII, por sesmeiros vindos da Paraíba, como Luiz Quaresma Dourado e Braz Ferreira Maciel.

Aos 11 de setembro de 1720, o português Luiz Quaresma Dourado requere terras no sertão do Quinturaré. A justificativa de Quaresma Dourado para requerê-las é que necessitava delas para criar seus gados, pois as extensões territoriais que já possuía eram insuficientes. "*O requerente pedia três léguas de comprimento por uma de largo no Riacho do Olho d'Água Grande*"<sup>22</sup> (Tavares, 1982, p. 115). A concessão foi feita pelo governador da Capitania da Paraíba, Fernão Castello Branco. Todavia, tendo que se ausentar da cidade do Natal em 18 de

---

<sup>20</sup> A légua de sesmaria correspondia a 2.400 braças (5.280 m) e a braça craveira, a 10 palmos (2,20 m). Ver Dantas, J. A. . *O Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia*, p. 68.

<sup>21</sup> Essa demarcação foi, provavelmente, o início da doação das Datas e Sesmarias na região carnaubense. A colonização pretendida para essa região foi interrompida pela dominação holandesa (1633/1654). De início, a Data da Carnaúba pertencia a Ribeira do Quinturaré, na Paraíba - e não à Ribeira do Seridó, como em épocas posteriores. Cf. Macedo, H. A. M. de. *As antigas fazendas de Carnaúba dos Dantas*, p. 20.

<sup>22</sup> Na atualidade, o Riacho do Olho d'Água Grande é o Rio Carnaúba e esse Riacho do Olho d'Água Grande, hoje, com o nome de Riacho do Olho d'Água, é o principal afluente do Rio Carnaúba, que corta o município de Carnaúba dos Dantas. A esse respeito conferir Macedo, H. A. M. de. *Op. cit.*, p. 10.

novembro de 1718, Luiz Quaresma Dourado passa as terras da Data do Riacho do Olho d'Água Grande para o Tenente Braz Ferreira Maciel<sup>23</sup>, por Certidão de Procução, conforme documentos do Arquivo do Cartório de Pombal - PB:

Saibam todos qtos esse instrumento publico de pcurassão, q. Eu Cap.<sup>ão</sup> Luis Quaresma Dourado, ajudante de Infantaria, adquire em anno supre de mil sette centos e dezassete annos, a datta de Terra da Data de Riacho d'Olho d'agua Grande, fazendo barra c. Riacho de Carnahubas, como tem dito os tapuias do Rei Jandui. Paço p. Procurador de terras o T<sup>e</sup> Bras Ferreira, pela sua condutta esemplar a qe ten profferido a minha pêssoa. Subis supra eu João de Abbrêu escrivão do cargo de S. M. Ciddade do Natal, em dizoito de nuvembro de mil sette centos e dzoito annos. Luis Qresa Dôurado  
Bras Ferr<sup>a</sup> Mac.<sup>el</sup> (Citado por Macedo, 2000, p. 22).

No ano de 1788, o Coronel Caetano Dantas Correia<sup>24</sup> (1710-1797) solicita ao Governador da Paraíba, Jerônimo José de Mello Castro, através de Data de Sesmaria, *"três léguas de sobras no riacho Carnaúba, junto ao sítio da serra Rajada"* (Medeiros Filho, 1981, p. 120). Argumenta que carece de terras para criar os seus gados e plantações. Entretanto, Caetano Dantas já devia estar de posse das referidas terras, pois em 1776 *"diz que possui uma sorte de terras no riacho chamado Carnauba de que esta de mansa e pacífica posse, e por (...) haver sobra, a quer (...) por nova data (...)"* (Dantas, 1977, p. 33).

Apesar de *"está de mansa e pacífica posse"* (Tavares, 1982, p. 365), Caetano Dantas deve ter adquirido as terras do Riacho Carnaúba ao seu antigo possuidor, Braz Ferreira Maciel. *"Isto está evidenciado através do Inventário do*

<sup>23</sup> Não foi comprovada a existência de alguma casa ou edificação na Data do Riacho do Olho d'Água Grande enquanto Braz Ferreira esteve à frente das terras. Toda a data era povoada com gados. O sítio hoje conhecido por Braz - devido à presença de Braz Ferreira Maciel naquelas terras - é cortado pelas nascentes do outrora Riacho do Olho d'Água Grande, sendo de difícil acesso, tendo em vista que se situa entre serras. Idem, p.11.

<sup>24</sup> Vindo do Sertão de Piranhas, com boiadas, foi um grande sesmeiro do séc. XVIII. Faleceu na sua propriedade "Picos de Cima", no Acari. Além da data da Carnaúba, possuía as seguintes propriedades, conforme Inventário processado em 1798: Picos de Cima - onde o Coronel fixou residência desde o casamento, 1753, até a morte, 1797 - banhada pelo rio Acauã; Palma, banhada pelo rio Carnaúba; Ingá, banhada pelo rio do Ingá; Rajada, banhada pelo rio Carnaúba; Ermo, banhada pelo rio Carnaúba; Prazeres, na Paraíba; Serra do Cuité, na Paraíba; Cacimba do Meio e Riacho Fundo, nas nascentes do rio Carnaúba. Era casado com Josefa de Araújo, filha de Tomaz de Araújo Pereira - o primeiro - e Maria da Conceição de Mendonça Pereira, com a qual teve 17 filhos. Cf. Macedo, H. A. M. de. *As Antigas Fazendas de Carnaúba*

referido Coronel<sup>25</sup>, no qual sua esposa, Josefa de Araújo Pereira declara que o Sítio Carnaúba foi adquirido através de compra ao Capitão Braz Ferreira Maciel, falecido em 1798.

Convém salientar que, em 1778, o patriarca dos Dantas do Seridó já havia adquirido, através de compra, a Braz Maciel uma data sesmárica de três léguas de comprimento por uma de largura, no Sítio Riacho Fundo<sup>26</sup> - hoje vizinho do município de Picuí. Foi uma ocupação temporária, destinada apenas às estações chuvosas.

Um fato peculiar é que com a chegada e instalação dos Dantas Correia nos Picos de Cima, inicia-se o período do povoamento da Data da Carnaúba.

O Sertão banhado pelo rio Carnaúba - outrora Riacho Carnaúba - foi, desde a segunda metade do século XVIII, invadido pelos rebanhos de gado de Caetano Dantas. Este encontrou na Data da Carnaúba condições favoráveis para desenvolver a atividade pastórica - muito pasto e reservatórios naturais d'água nos cursos fluviais.

Caetano Dantas não residiu na Data da Carnaúba, apenas a utilizava como sustentáculo econômico da atividade criatória. Sua residência fixava-se na Fazenda dos Picos de Cima (Acari), de onde partiram seus filhos, ao casarem-se, para a Data da Carnaúba, numa investida de edificar fazendas dedicadas à criação de gado entre o final do século XVIII e início do século XIX. Foram eles: Caetano Dantas Correia, que edificou a Fazenda Carnaúba; Simplício Francisco Dantas, Fazenda Xique-Xique; Silvestre José Dantas, Fazenda Cachoeira da Cruz e Alexandre José Dantas, edificador da Fazenda Ermo (Fig. 1). Esse foi o início, propriamente dito, do povoamento das terras carnaubenses por uma única família.

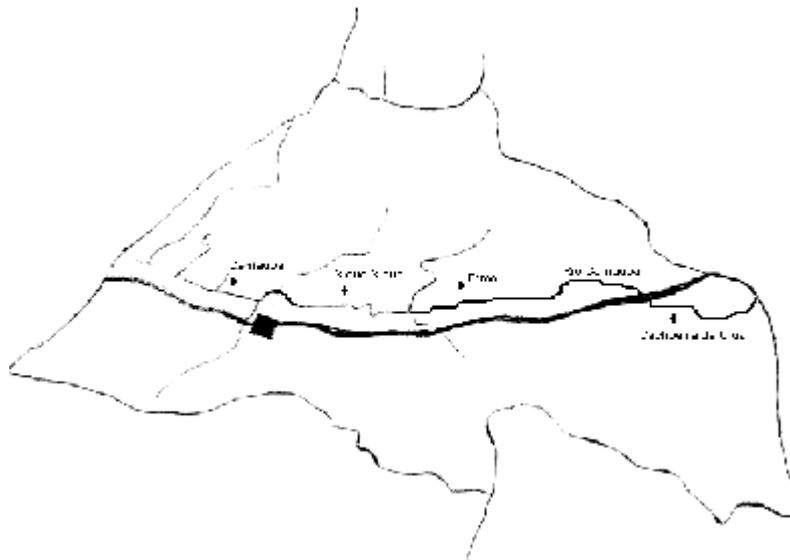
---

dos Dantas, p. 12 - 3. Tenente Coronel - passou para este Posto em 1793. Cf. Medeiros Filho, O. de. *Velhos Inventários do Seridó*, p. 89.

<sup>25</sup> *Inventário de Caetano Dantas Correia*, 1798. Arquivo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Acari-RN.

<sup>26</sup> Conferir os documentos sesmáricos concedidos ao patriarca. Bastos, S. de A. *Rememorando o Passado*, p. 100-101.

FIGURA 1 - Primeiras Fazendas do Município de Carnaúba dos Dantas



FONTE: Elaboração de Helder Alexandre M. de Macedo, sobre o Mapa Geográfico de Carnaúba dos Dantas. IDEC - 1991.

A Fazenda Carnaúba foi edificada entre 1777 e 1778 pelo Tenente-Coronel Caetano Dantas Correia, o segundo (1758-1830), por ocasião do seu casamento com Luzia Maria do Espírito Santo. Era o único núcleo de moradia do Vale do rio Carnaúba<sup>27</sup>. "Os registros paroquiais compreendidos entre o período de 1779 e 1829, consideram a localidade como fazenda; já os registros civis dos cartórios, consideram-na como sítio, no período de 1811 a 1872" (Macedo, 1998, p. 21).

A casa de taipa, mais dois currais de pau-a-pique e um barreiro (pequeno açude), constituíam o núcleo primordial da Fazenda Carnaúba. Tempos depois da

<sup>27</sup> Optamos por chamar *Vale do Rio Carnaúba* toda a extensão territorial banhada pelo Rio Carnaúba e seus afluentes, abrangendo terras dos atuais municípios de Acari e Carnaúba dos Dantas - RN. O Rio Carnaúba considerado o principal do município nasce na serra do Abreu (divisa entre Carnaúba dos Dantas e a Paraíba) e deságua no Rio Acauã, em terras do vizinho município de Acari, tendo uma extensão aproximada de 50Km. Cf., Carnaúba dos Dantas. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Diagnóstico do município*, abril/1996, não pag.

morte de Luzia Maria (1811)<sup>28</sup>, foi construída uma casa de alvenaria<sup>29</sup> (1844), a qual foi demolida em 1974 em virtude da ocorrência de uma grande cheia do rio Carnaúba, sendo construída uma nova residência, aproveitando-se o material da citada casa.

A Fazenda Carnaúba era um núcleo de ocupação que se destacava pela sua atividade criatória, característica das fazendas seridoenses da época. No ano de 1811, o rebanho era assim constituído: cento e vinte e três cabeças de bovinos, vinte e uma cabeças de eqüinos, duzentas e sessenta cabeças de caprinos e trinta cabeças de ovinos. O patrimônio territorial da fazenda valia 158\$000, não especificando o inventário de Luzia as dimensões da terra.

Embora fosse uma fazenda onde predominasse a atividade pastorícia, a agricultura também se desenvolveu, mas em pequena escala. Era uma agricultura de subsistência, voltada apenas para o consumo dos moradores locais. O que faltasse de mantimentos poderia ser suprido através das roças e plantações da propriedade da Serra de Cuité (PB), onde também havia uma casa de farinha, com aviamentos.

O inventário de Maria da Paz do Nascimento aponta para uma redução do rebanho da fazenda que se resumiu a dezenove cabeças de bovinos e a três cabeças de eqüinos. Não existiam mais na fazenda cabras e ovelhas. No entanto, o valor das terras da Fazenda Carnaúba aumentou consideravelmente. Eram, agora, setecentas e treze braças de frente, com meia légua de fundos para o Norte, no valor da área total de 1:420\$000, o equivalente, na época, ao preço de cinqüenta vacas solteiras.

---

<sup>28</sup> Primeira esposa de Caetano Dantas Correia (2º). Residiu o casal na Fazenda Carnaúba, localizada a sua habitação a cerca de dois quilômetros da atual cidade de Carnaúba dos Dantas. Em segundas núpcias, Caetano casou-se com Maria da Paz do Nascimento. Dos dois matrimônios, houve dezoito filhos. Nove homens e nove mulheres. Cf. Dantas, J. A. *O Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia*, p. 73.

<sup>29</sup> Essa casa de alvenaria, logo após a morte de Maria da Paz do Nascimento (1872), teve o seu teto descoberto, devido a morte da segunda esposa de Caetano ter sido motivada por tuberculose. Além do tratamento ser precário, o medo de contrair a doença era enorme. Os telhados das casas eram removidos para que o “micróbio” causador da doença fosse exterminado do lugar pela ação do calor do sol.

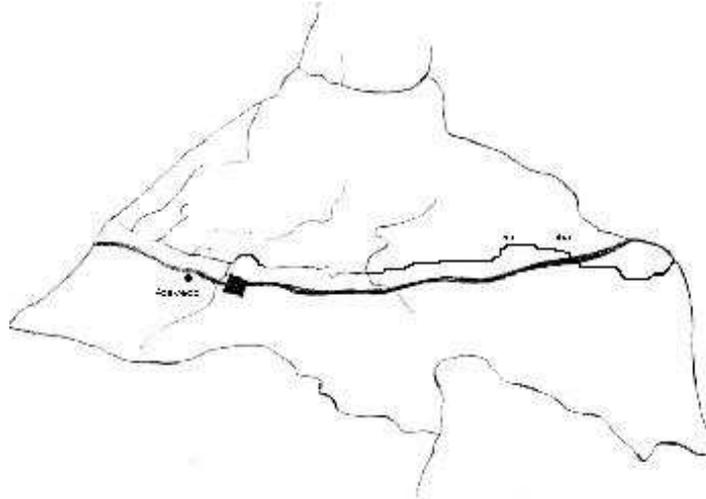
Anteriormente à morte de Caetano Dantas - o segundo, por volta de 1799, começa o fracionamento das terras da fazenda, em razão do casamento de seus filhos.

O desmembramento das terras da fazenda, após a morte da segunda esposa de Caetano Dantas, é representado pelo surgimento de fazendolas, sempre próximas à Fazenda Carnaúba. São os Sítios Carnaúba, se considerado o conceito atual do que seja um sítio: pequena fazenda.

O primeiro desses sítios foi o de José de Azevêdo Maia e Tomázia Maria da Conceição, edificado em 1799; posteriormente, o de Manoel Hipólito do Sacramento e Maria Joaquina da Conceição, instituído em 1804.

No século XIX, cresce o número de pequenas fazendas - propriedades rurais, em razão direta ao aumento demográfico da Família Dantas, da Data da Carnaúba, fruto das constantes subdivisões das unidades rurais devido às heranças. Ocupando o seu antigo território, destacam-se as fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo (Fig. 2), focos do objeto de estudo nesta investigação.

FIGURA 2 - Município de Carnaúba dos Dantas: Fazendas Azevêdo



FONTE: RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (IDEC). *Informativo Municipal* (Carnaúba dos Dantas). Natal: 1991. 38 p. (Mimeogr.). v. 4. p. 8.

### 1.3 FAZENDA ANTONIO DE AZEVÊDO

O espaço que compreende as terras da Fazenda Antonio de Azevêdo faz parte da data de terra do Sítio Carnaúba de Baixo, localizada no município de Carnaúba dos Dantas.

A presença dos Azevêdo<sup>30</sup> - no recorte espacial dessa pesquisa, ocorreu a partir do fim da década de 1870 - quando Antonio Francisco de Azevêdo

<sup>30</sup> Não foi sem razão, a inteligência de Dom José Adelino Dantas, em colocar na placa comemorativa do monumento a Caetano Dantas, o trecho em que fala - "Os DANTAS do Seridó que irmanados aos AZEVÊDO, povoaram estas terras e fundaram esta cidade. (...)". Qual o carnaubense que tendo ou não o sobrenome Dantas que também não descende dos Azevêdo ou vice-versa? Ver: Bastos, S. de A. *Rememorando o passado - Imprensa Oficial*, p. 95. Antonio de Azevêdo Maia Júnior, fundador do povoado Conceição do Azevêdo, hoje Jardim do Seridó, era casado com Micaela Dantas Pereira de Azevêdo, filha do patriarca Caetano Dantas Correia e de Josefa de Araújo Pereira Dantas. Cf. Dantas, J. A. Idem, p. 96.

casara-se com Maria Senhorinha de Jesus, a qual herdara de seu pai, José Esteves do Nascimento, falecido aos 25 de maio de 1869, a área da Fazenda ocupada pela casa-grande. Convém ressaltar que as terras de Antonio de Azevêdo eram anexas as de seu sogro José Esteves.

A Fazenda Antonio de Azevêdo compreende uma área de duzentas braças de terras, com meia légua de fundos. A mesma situa-se a cerca de três quilômetros da sede do município de Carnaúba dos Dantas. O percurso da cidade à fazenda pode ser feito através da rodovia pavimentada RN-288, que liga a Rajada a Carnaúba dos Dantas.

Antonio Francisco de Azevêdo (1851-1940) era filho de Francisco de Azevêdo Dantas e de Maria Joaquina de Jesus. Casou-se em 1876 com Maria Senhorinha de Jesus (falecida em 1930). Desse casal, nasceram os filhos: Pedro Cipriano de Azevêdo, casado com Maria Celsa Dantas; José Leopoldino de Azevêdo, casado com Josefa Enedina Dantas e, em segunda núpcias, com Severina Petronila de Medeiros (filha de João Estevam do Nascimento e de Luzia Zeferina de Medeiros - esta, filha de Henrique Rodrigues da Cunha); Antonio de Azevêdo Filho, casado com Maria Luíza da Conceição; Maria Leopoldina de Azevêdo, casada com João Felipe de Araújo; Miguel Arcanjo de Azevêdo, casado com Josefa Tomázia de Azevêdo; Isabel Alzira de Azevêdo, casada com Francisco Maneco da Cunha; Joana Maria de Azevêdo e Manoel Azevêdo Dantas, este casado com Maria Cândida de Medeiros<sup>31</sup>.

Antonio Francisco de Azevêdo, por ter acompanhado o seu "*digníssimo*" pai em missões de combates simulados, foi congratulado pelo Capitão-Mor de Ordenanças do Vale do Seridó com a patente de Coronel Honorário de Semi-Ordenanças da Fazenda Carnaúba, aos 09 de março de 1877<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> A respeito dessa família, ver BASTOS, S. de A. *No roteiro dos Azevêdo e outras famílias do Nordeste*, p. 113-4. Também na organização desta genealogia foram fundamentais as informações de Maria Celsa Dantas - conhecida por Domdom Azevêdo, moradora da Fazenda Antonio de Azevêdo desde 1937. A mesma veio a falecer no dia 28.03.2001, cerca de dois meses após esses esclarecimentos.

<sup>32</sup> Documento extraído de um dos *inventários da Família Azevêdo-Dantas*, constante no Cartório Primeiro da Comarca de Acari-RN. Cf. Anexo I.

As atividades produtivas da Fazenda Antonio de Azevêdo estão ligadas à pecuária (criação e manejo de gado), à cotonicultura e às culturas de subsistência.

O gado bovino tinha dupla finalidade, isto é, era criado para o abate bem como destinado à produção de leite. Por sua vez, o leite produzido era utilizado para consumo próprio e para a produção de queijo e manteiga, que também se destinava exclusivamente ao consumo da fazenda. Havia ainda a criação de eqüinos, reservada à montaria.

A "luta" com o criatório girava sempre em torno da obtenção de água e alimentação para o rebanho, à mercê dos bons e maus invernos. Diversas vezes, pelo término da estação seca, os poços naturais dos riachos onde bebiam os animais secavam, obrigando o fazendeiro a apelar para o recurso das cacimbas. Na fazenda Antonio de Azevêdo, conforme depoimentos de antigos moradores, existia uma cacimba comunitária com cerca de oito metros de largura para atender ao consumo do rebanho da própria fazenda e aos rebanhos da vizinhança. Assim declarou o Sr. Tota Azevêdo: *"Nos anos de seca, eu alcancei 1932, a gente subia a serra do Marimbondo (Fig. 3) para queimar xique-xique pra o gado comer. Aí bebia na cacimba dos Azevêdo"*.<sup>33</sup> Devemos salientar que as cacimbas iam sendo aprofundadas à proporção que baixava o nível do lençol d'água; eram quase sempre cercadas de um lado, para que os animais não destruíssem seus barrancos.

FIGURA 3 - Serra do Marimbondo



<sup>33</sup> Depoimento concedido em 10.10.2000. O informante nasceu no dia 02.08.1910. Posteriormente, ao retornar ao local até 1948, quando casou-se.

10.2000. O informante nasceu no período 1930-1940. Posteriormente, ao retornar ao local até 1948, quando casou-se.

FOTO: Maria da Paz Medeiros Dantas, abr. 2001

FONTE: Arquivo da autora

Muito embora a pecuária bovina fosse a atividade econômica predominante no Rio Grande do Norte até meados do século XIX, isso não significa dizer que fosse a única e que as atividades agrícola e extrativa estivessem aí excluídas. Nesse período, a economia se diversificou, passando a serem produzidos com alguma expressão, o algodão, a carnaúba e gêneros alimentícios, como a mandioca.

No tocante à produção da mandioca, destaca-se a existência de uma casa de farinha que funcionou na fazenda Antonio de Azevêdo desde 1876, até a década de 70 do século XX. Segundo uma antiga moradora da Fazenda:

Passava a semana inteira de farinhada. Da segunda ao sábado até o meio-dia. Juntava muita gente e era uma farra muito grande, pois nesses roçados não faltava mandioca.

Duas pessoas faziam movimentar uma roda com um reio e um rodete. A mandioca era espremida e daí ia pra uma prensa pra tirar a mandipoeira.

Depois de impressada a massa, e tirada a mandipoeira, era peneirada, aí ia ser torrada num grande forno de alvenaria com as fendas dos tijolos largos mal tapadas de barro. A massa era mexida sempre por Chico Gago, um antigo morador da Fazenda, com uma longa colher de pau.

Com a goma que tinha sido tirada numa redezinha e ficada exposta ao sol pra mandipoeira secar, ia-se fazer beiju. A farinhada terminava com todos saboreando beiju.<sup>34</sup>

Dessa forma, a "desmancha" ou farinhada, comum na região, dava-se mediante processo simples. O pagamento era feito ao dono da casa pelo

---

<sup>34</sup> Depoimento concedido por Irene Idia de Azevêdo, neta de Antonio Francisco de Azevêdo, em 05.08.2000, e nascida no dia 05.05.1936, no Sítio Carnaúba de Baixo.

agricultor com a própria produção - a "conga" - medida em cuia e cujo percentual oscilava entre 10% a 20% do total produzido<sup>35</sup>. A produção no Sítio Carnaúba de Baixo era destinada ao consumo das famílias, tendo em vista que, nessa época, farinha, feijão e rapadura constituíam os alimentos básicos na mesa cotidiana do sertanejo.

Ao lado da casa-grande de Antonio de Azevêdo, funcionou uma engenhoca de fabricar rapadura, uma vez que nas margens do rio Carnaúba cultivava-se a cana em roças. Provavelmente, essa engenhoca principiou o funcionamento no final da década de 1910, estendendo-se até 1928. Assim afirmou o Sr. Tota Azevêdo: *"Eu alcancei, era puxada a bois. Destinava-se ao consumo da Fazenda e acho que também vendia-se"*. A rapadura, naquela época, era o verdadeiro adoçante do Sertão.

Com relação ao desenvolvimento da cotonicultura na citada Fazenda também funcionou um engenho manual de descaroçar algodão, contendo uma moenda de madeira, dentro da qual trabalhava um veio puxado por dois homens robustos, um de cada lado. Entretanto, em 1927, o tropeiro Manoel Cabrinha trouxe um motor do Recife sobre o lombo de dois burros mulos, e Antonio de Azevêdo substituiu vantajosamente o engenho manual por uma bolandeira, permitindo dessa forma, uma maior produção diária. As almanjarras impulsionavam uma grossa correia, de sola, ligada à polia, a qual fazia a separação do caroço do produto bruto, restando a lã. Esta era transportada para Campina Grande e Recife. O engenho de descaroçar algodão funcionou até 1936; pressupõe-se que tenha atravessado momentos de crises, a julgar pelo requerimento de Antonio de Azevêdo, solicitando redução do imposto da bolandeira ao Intendente do Acari: *"... pedir que se digne dispensar pela metade o imposto da Bolandeira de algodão (...). O suplicante assim exige, porque devido a*

---

<sup>35</sup> Cf. Souza, E. M. de et al. Casas de Farinha: persistência de uma tradição? In: Medeiros, M. das D. (org.). *Seridó Antigo: História e Cotidiano*, p. 50.

*crise que atravessamos, não tem em sua bolandeira descarçamento satisfatório pela deficiencia da safra*<sup>36</sup>.

#### 1.4 FAZENDA CABRINHA DE AZEVÊDO

A instalação dessa fazenda deu-se quando casaram-se Manoel Pedro de Azevêdo e Ana Senhorinha de Jesus, em meados do século XIX. Manoel Pedro de Azevêdo era filho de Pedro José Dantas e Maria Madalena de Medeiros<sup>37</sup>. Ana Senhorinha de Jesus era filha de Antonio José do Sacramento (ou do Nascimento), nascido em 1815 e Francisca Xavier.

Ao falecer Manoel Pedro em 1931, a Fazenda Cabrinha de Azevêdo passa - como herança - às mãos de seu filho Manoel Aprígio de Azevêdo, que nasceu aos 06/06/1869 e faleceu aos 15/11/1951; casado com Ernestina Maria de Jesus, nascida em 04/03/1873 e falecida no ano de 1955.

Manoel Aprígio era agricultor e pecuarista. Além disso, foi um dos antigos professores do município de Carnaúba dos Dantas. Ao casar-se, morou no Sítio Tanques - uma extensão das terras de seu pai - sito na serra do Marimbondo. Contudo, com as secas rigorosas que castigaram os finais do século XIX e inícios do século XX<sup>38</sup>, construiu, em 1923, uma casa próximo à casa-grande da Fazenda de seu pai e do rio Carnaúba, migrando para essa localidade.

<sup>36</sup> Requerimento de Antonio Francisco de Azevêdo, escrito por Antonio de Azevêdo Filho no seu livro de assento. Cf. Anexo II.

<sup>37</sup> Pedro José Dantas casou-se em primeiras núpcias com Maria Madalena de Medeiros. Desse casal nasceram os seguintes filhos: Maria (1840), Ana (1842), Isabel (1845), Rita (1847), Gregório (1848) e Manoel Pedro de Azevêdo (1849). Enviuvando, Pedro Azevêdo - como era conhecido Pedro José Dantas - contraiu novas núpcias com sua sobrinha Ana Joaquina do Espírito Santo, com quem deixou herdeiros: Inês (nascida em 1853), Tomázia (nascida em 1855 e falecida após a morte de seu pai), José (nascido em 1856) e, quando do inventário de Pedro José, a viúva Ana estava grávida. Segundo a tradição oral, Pedro Azevêdo morreu de cólera em 1856 e está sepultado no local onde hoje se situa o Cemitério Público de Carnaúba dos Dantas, sob a então capela. Cf. Dados encontrados no *Inventário de Pedro José Dantas*, 1857. Arquivo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Acari-RN. Para saber mais a respeito dessa família ver Bastos, S. de A., op. cit. p. 116.

<sup>38</sup> Cf. Albuquerque Júnior, D. M. de. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste*, p. 111-20.

Do casal Manoel Aprígio e Ernestina Maria de Jesus nasceram nove filhos: Manoel Henrique de Azevêdo (1894-1962), Maria Ernestina Dantas (1896-1974), Marcelino Aprígio de Azevêdo (1897-1980), Pedro Alexandrino de Azevêdo (1898-1960), Josefa Leopoldina de Azevêdo (1900-1948), Rosa de Lima Cunha (1904-1994), Anastácio Aprígio de Azevêdo (1907-1983), João Anastácio de Azevêdo (1909-1990) e Ernesto Aprígio de Azevêdo (1912-1952).

Com a morte de Manoel Aprígio de Azevêdo aos 15 de novembro de 1951, a fazenda Cabrinha de Azevêdo foi dividida entre os herdeiros. Na verdade, a sucessão hereditária fez com que a propriedade fosse fracionada em fazendolas, dentre elas, o sítio herdado por Manoel Henrique de Azevêdo.

Conforme a certidão de herança dos bens deixados por falecimento de Manoel Aprígio de Azevêdo, em inventário e partilha julgados por sentença a 12 de agosto de 1958, Manoel Henrique de Azevêdo herdou quarenta e seis (46) braças e oito (8) palmos de terra de frente, com mil e duzentas (1.200) de fundos, ao sul do rio, no sítio "Carnaúba", deste município, limitando-se ao nascente com terras de Emília Brígida de Azevêdo; ao poente com terras de João Etelvino da Cunha; ao norte com terras de Francisco Vítor de Medeiros, Francisco Seráfico Dantas e os herdeiros de Pedro Arboés Dantas; e ao sul, com terras das sobras do Sítio Cobra. É interessante citar que, desse montante, parte tinha sido adquirida através de compra. A mesma situa-se a dois quilômetros da sede do município de Carnaúba dos Dantas, sendo banhada pelo rio Carnaúba e pelo Riacho dos Azevêdo.

Além dessas terras, Manoel Cabrinha - como era conhecido Manoel Henrique de Azevedo – possuía uma parte de terras no açude dos Cunha (na serra do Marimbondo), que sua mulher, Amélia Maria da Conceição, herdara do pai, Rafael Luiz de França Cunha, com benfeitorias de cercas de madeira, se prestando para vazantes, roçados de algodão e uma casa com seis compartimentos: alpendre na frente, sala de visitas, sala de jantar, dois quartos, cozinha e alpendre atrás - construída pelo seu primeiro proprietário, Henrique Cunha (avô de Manoel Henrique e Amélia) por volta de 1850.

Ainda sobre Manoel Henrique de Azevêdo, sabe-se que nasceu aos 18 de agosto de 1894, casou-se aos 21 de dezembro de 1921 e faleceu aos 27 de janeiro de 1962, com 68 anos de idade. Sua esposa, Amélia Maria da Conceição, nascida aos 06 de novembro de 1898 e falecida em 01 de maio de 1974, era filha de Rafael Luiz de França Cunha e Maria Zeferina da Cunha.

Do casal Manoel Henrique e Amélia (Fig. 4) nasceram doze filhos, porém apenas três sobreviveram: Francisca Severina de Azevêdo, nascida aos 14 de maio de 1923 e falecida aos 13 de janeiro de 1980 - era casada com José Pereira dos Santos; Manoel Cirilo de Azevêdo, nascido aos 07 de julho de 1927; Maria das Neves Azevêdo de Medeiros, nascida aos 25 de fevereiro de 1934 e casada aos 04 de junho de 1955 com Inácio Estevam de Medeiros (Fig. 5).

FIGURA 4 - Manoel Henrique de Azevêdo e Amélia Maria da Conceição



FOTO: Tomás Alberto, 1921  
FONTE: Maria das Neves A. de Medeiros

FIGURA 5 - Inácio Estevam de Medeiros e Maria das Neves A. de Medeiros



FOTO: Demétrio Ferreira, out. 1955  
FONTE: Maria das Neves A. de Medeiros

Com relação ao espaço econômico, até aproximadamente finais da primeira metade do século XX, o sertanejo dependeu para a sua manutenção, de alguns gêneros de primeira necessidade - excetuando-se os artigos derivados do gado vacum e os produzidos na unidade rural como a farinha, a rapadura, o milho e o queijo - trazidos de outras praças.

Não obstante a importância que tiveram os tropeiros, no âmbito do abastecimento do mercado interno carnaubense, nos caminhos e descaminhos da história seridoense, o legado desses antigos atores sociais foi ficando esquecido e resguardado nos arquivos empoeirados da memória. Mesmo assim, é impossível desvincular a imagem do comerciante de hoje da imagem dos homens daquela época, seguindo trilhas e veredas que cortavam os sertões norte-riograndenses e brejos paraibanos até o Recife, com suas tropas de burros mulos. Dentre muitos que exerceram essa atividade econômica, destaca-se na Fazenda Cabrinha de Azevêdo, a figura de Manoel Henrique de Azevêdo que:

Começou sua vida de matuto em 1918, trazendo de Campina Grande e Recife, em suas tropas de burros mulos, produtos que careciam aos armazéns de Carnaúba dos Dantas, permanecendo nessa atividade até 1929, quando adoeceu de reumatismo e foi se tratar em João Pessoa.

Então em 1936, retorna à labuta até o ano de 1952. Dessa vez, com tropas de jumentos, viajava durante oito dias. Para Brejo de Areia (PB) - trazendo rapadura e para Serra de Cuité (PB) - trazendo farinha e goma. Para lá, transportava coco.

Nos bancos de sua residência [ainda existentes] eram depositados os garajaus de rapadura para serem vendidos no inverno, pois naquela época era difícil viajar. (Maria das Neves Azevêdo de Medeiros - filha, 27.08.2000)

Tendo-se em vista que nos sertões, a agricultura desenvolveu-se à sombra das atividades pastoris, foi somente após a grande seca de 1877/79, a qual dizimou quase todo o rebanho, que as culturas agrícolas nessa área adquiriram alguma visibilidade. Nesse contexto, começa a sobressair-se o cultivo de um tipo de algodão característico do Seridó - o algodão mocó ou seridó - que ocuparia um lugar de destaque na economia norte-rio-grandense. O certo é que esse algodão de fibra longa, economicamente mais forte do que o gado, dominou e deixou a pecuária em plano secundário. Porém, a Fazenda Cabrinha de Azevêdo, mesmo sofrendo os rigores de alguns anos de seca, procurou manter grande parte dos seus gados, buscando solução na existência de alguns vegetais que vivem, a despeito da ausência de precipitações pluviais e que servem de forragem para a criação, quando desaparecem os outros recursos. Por outro lado, nos anos de bom inverno, era costume da época - hoje ainda mantido - soltar os rebanhos para pastarem na serra do Marimbondo. Antes, ferrava-se o gado, pois a *"marca possui toda uma significação de identidade familiar, de reconhecimento do nome, do sangue, dos dispositivos de poder"* (Buriti, 2000, p. 31).

Com relação ao algodão produzido no RN<sup>39</sup>, era prioritariamente voltado para o mercado interno, em favor das indústrias têxteis nacionais. Juvenal Lamartine defende que o algodão "mocó" é *"o único com possibilidades de*

---

<sup>39</sup> A princípio duas variedades de algodão eram plantadas no RN: o arbóreo ("mocó" ou "seridó") e o herbáceo. O algodão "mocó" foi a variedade que melhor se adaptou aos sertões: por suas raízes profundas era mais resistente às secas - 7 a 9 metros; por seu vigor, era uma variedade mais adversa às pragas e produzia até por 8 anos. Enfim, era muito mais vantajoso que o herbáceo que tinha um ciclo vegetativo muito curto - geralmente um ano e além disso, mais sensível a pragas. Cf. Macêdo, M. K. de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*, p. 157-167. Medeiros, J. A. de. *Seridó*, p. 27-31.

*competir no mercado internacional, dada a excelência de sua fibra, matéria-prima de tecidos finos*" (Citado por Macêdo, 1998, p. 162). As observações de Lamartine enfatizam que era preciso dar condições para que essa mercadoria fosse erguida a produto significativo da pauta brasileira de exportação agrícola.

A cultura do algodão mocó associado ao feijão e ao milho, desenvolveu-se na Fazenda Cabrinha de Azevêdo, com uma produção anual equivalente a 10 mil kg de algodão a partir das primeiras décadas do século XX; tendo em vista que ao se iniciar a segunda década deste século ocorre um avanço do produto sobre a Zona da Mata e a cultura algodoeira dominante no Sertão progressivamente foi se impondo, em detrimento do açúcar, como principal produto de exportação até 1930.

A figura do apanhador de algodão ficou marcada, no entanto, na memória do seridoense, que lembra das épocas em que vestia um roupão, punha um "*bisaco*"<sup>40</sup> debaixo do braço e, com chapéu na cabeça, saía a andar pela "*broca*"<sup>41</sup> a fim de colher o sustento de sua família, o "ouro branco".

Percebemos ainda que, dependendo do regular inverno, havia a colheita da batata-doce, jerimum, melancia, dentre outros. O milho e o feijão da Fazenda Cabrinha de Azevêdo eram guardados em paióis, misturados na areia peneirada. É interessante ressaltar que a sementeira geralmente era iniciada pelo feijão "*ligeiro*" e pelo milho de "*sete semanas*"<sup>42</sup>. Até agosto eram colhidos e consumidos o milho, o feijão, o jerimum e a melancia. Em setembro começava-se a desfazer a mandioca, a realizar a "farinhada", trabalho em que se contava com a ajuda dos parentes e amigos - o "ajutório". A mandioca dessa fazenda era beneficiada na rústica casa de farinha da Fazenda Antonio de Azevêdo, fazendo o pagamento através da "*conga*".

<sup>40</sup> Bernal confeccionado de tecido ou de couro, prendido por uma aselha comprida que se põe num ombro, passando pela cabeça e transpassando-a de um lado para o outro.

<sup>41</sup> "Broca", na linguagem popular do sertanejo, era o terreno, geralmente, de tabuleiro, desmatado para o plantio do algodão.

<sup>42</sup> Informações colhidas em pesquisas de campo nos levam a crer que o ciclo vegetativo do feijão "ligeiro" é de 60 dias. Quanto ao milho de "sete semanas" corresponde a 49 dias.

A jornada de trabalho começava antes de nascer o sol para interromper-se às nove horas, quando havia uma folga para a primeira refeição. Esta era constituída essencialmente por feijoada, farinha, rapadura e algumas frutas colhidas na própria propriedade; acrescida de café. A segunda refeição - o jantar - era feita às quatorze horas e, finalmente, a então denominada ceia - realizada ao anoitecer, tendo como cardápio, quase sempre, a coalhada<sup>43</sup>.

Os anos rigorosos de seca castigam bastante a sobrevivência do sertanejo e dos seus rebanhos. A Fazenda Cabrinha de Azevêdo, não dispondo de um grande reservatório de água, ficava à mercê de alguns tanques - ainda existentes - e, quando esses secavam, seus proprietários apelavam para cacimbas cavadas no leito do rio Carnaúba, as quais no período mais crucial das estiagens chegavam a medir cinco metros de profundidade. Para matar a sede do seu rebanho de gado, apelavam para uma cacimba comunitária existente na Fazenda Antonio de Azevêdo.

Também marcando a paisagem das terras de várzea do rio Carnaúba, os carnaubais nativos alcançavam quilômetros de extensão - donde derivou-se o topônimo do lugar - Carnaúba dos Dantas. Inúmeras palmeiras foram derrubadas para ceder terras à lavoura, sobretudo de algodão, nos períodos em que este produto alcançava preços elevados. Além disso, a maioria das casas construídas até, aproximadamente, a metade do século XX utilizava no madeiramento dos telhados, a carnaúba, por ser uma madeira resistente e durável.

## **2. A CASA DA FAZENDA**

### **2.1 ARQUITETURA DA CASA-GRANDE DAS FAZENDAS ANTONIO DE AZEVÊDO E CABRINHA DE AZEVÊDO**

---

<sup>43</sup> Informações concedidas por Manoel Cirilo de Azevêdo, filho de Manoel Henrique de Azevêdo, em 05.02.2001.

As casas de fazenda da região seridoense, quanto à sua arquitetura, receberam influência de um tipo de habitação muito utilizado pelos primeiros habitantes do Seridó. Trata-se dos talhados, que serviam de abrigo aos índios, resguardando-se das intempéries da natureza. Claro que não se desconsidera também a influência da cultura européia na arquitetura do Seridó antigo.

Ao reproduzir os espaços, os antigos fazendeiros do Seridó utilizaram o estilo dos talhados, nos quais havia uma sombra que, ao ser projetada em uma época posterior, foi sendo ampliada e modernizada dando origem a uma pluralidade de elementos cuja estrutura transformou-se nos atuais "alpendres" ostentados em frente às casas-grandes.

Segundo um processo evolutivo, o homem sentiu a necessidade de construir um novo tipo de moradia. Entretanto, esse novo tipo de habitação ainda não oferecia o conforto das residências atuais. Trata-se da casa de taipa - pequena choupana construída em barro, com armação de madeira, cuja cobertura era feita de palha de coqueiro, sendo o chão de barro batido.

Com referência ao tipo de casas dos antepassados, Lemos (1989, p. 7-9) comenta:

Antes de tudo, o ato de morar é uma manifestação de caráter cultural e enquanto as técnicas construtivas e os materiais variam com o progresso, o habitar um espaço, além de manter vínculos com a modernidade também está relacionado com os usos e costumes tradicionais da sociedade. (...). Na casa estão implícitas as técnicas ou o 'saber fazer' decorrente do conhecimento próprio da comunidade.

Neste prisma, é que aos poucos as casas de taipa foram cedendo espaço às habitações de alvenaria. Entretanto, inicialmente apenas as frentes das casas eram construídas de tijolos, sendo o restante das mesmas feito de taipa. Depois, passaram a ser totalmente de alvenaria que possibilitaria edificações de maiores dimensões, bem como a construção de sótão<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> As informações sobre a evolução das casas de taipa para as de alvenaria foram extraídas da obra de Medeiros Filho, O. de, "*Velhos Inventários do Seridó*", p. 56. Entretanto, o autor não menciona a época em que ocorreu tal evolução.

A casa-grande da fazenda Antonio de Azevêdo foi construída no ano de 1825 (Fig. 6). Sabe-se apenas que foi edificada por José Esteves do Nascimento, sogro de Antonio Francisco de Azevêdo.

A vida nos sertões, presa às tarefas essenciais e caracterizada pela exigüidade de meios econômicos, muito limitada pela falta de materiais de construção refinados e de mão-de-obra habilitada, reduz a produção arquitetônica à expressão mais simples. Para corroborar a informação, um ex-morador da referida fazenda concedeu o seguinte depoimento: *"Uma parte da casa-grande dos Azevêdo foi construída de taipa e a outra parte, de tijolo. A parte de taipa foi construída em 1825 (Fig. 7). Antônio de Azevêdo foi responsável pela construção, em 1876, da parte de tijolo da casa"*<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Depoimento concedido pelo Sr. Antônio Afonso de Azevêdo no dia 29.10.2000.

FIGURA 6 - Casa-Grande da Fazenda Antonio de Azevêdo



FOTO: Maria da Paz M. Dantas, jan. 2001  
FONTE: Arquivo da autora

FIGURA 7 - Fachada lateral esquerda da Casa da Fazenda Antonio de Azevêdo



FOTO: Maria da Paz M. Dantas, jan. 2001  
FONTE: Arquivo da autora

A casa-grande das Fazendas Azevêdo de Carnaúba dos Dantas pouco difere do padrão das demais residências rurais encontradas nas diversas localidades desse município, construídas desde inícios do século XIX até a segunda metade do século XX. Na região do Vale do rio Carnaúba ainda hoje encontram-se várias casas de alvenaria com o mesmo estilo arquitetônico, dentre as quais mencionam-se as de Antônio Manoel Dantas (séc. XIX), no sítio Xique-Xique - atual proprietário: Antônio Felinto Dantas; Manoel Joaquim Dantas (início do séc. XIX), no sítio Pinturas - atual proprietário: José Aníbal Dantas; José Martins de Medeiros (1ª metade do séc. XIX), sítio Ramada - atual proprietário: Lauro Sodrê de Medeiros; Manoel Dantas da Silva (1ª metade do séc. XIX), sítio Baixa Verde - atual proprietário: Antônio Felinto Dantas; Joel Baltazar de Macêdo (2ª metade do séc. XIX), sítio Carnaúba de Baixo - atual proprietário: Caetano Dantas; José Matias Fernandes (2ª metade do séc. XIX), sítio Monte Alegre -

atual proprietário: Paróquia de São José; Manoel Avelino Dantas (2ª metade do séc. XIX), sítio Boqueirão - atual proprietário: Paulina Araújo Dantas.

Embora a morada tenha primeiramente a função de dar abrigo e repouso a seus habitantes, ela é também o local onde inúmeras atividades se desenvolvem no dia-a-dia. Como destacou Lemos, *"a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários"* (citado por Algranti, 1997, p.90). Portanto, seu aspecto exterior não deve ser negligenciado, uma vez que o entorno e as características arquitetônicas podem revelar, à primeira vista, aspectos importantes da vida de seus moradores.

Segundo um antigo morador da Fazenda Antonio de Azevêdo, a casa-grande desta fazenda foi construída no início do século XIX por José Esteves do Nascimento e ampliada em meados do referido século.

Essa casa (Fig. 8) merece destaque pela sua representação histórica, sendo seus compartimentos os seguintes: um alpendre - que se constitui por um telhado na frente, sustentado por seis esteios em madeira, com bancos em alvenaria e piso em ladrilho; deste, entra-se na casa por duas vias de acesso; portas largas, compostas por duas folhas dividindo-se ao meio, atingindo-se a sala de fora ou da frente, conhecida por sala nova - construída de alvenaria, apresentando um armário embutido na parede e duas janelas na lateral direita; essa sala interliga-se por uma porta a outra sala, chamada de sala velha - construída de taipa<sup>46</sup> e que também tem acesso ao alpendre. Outra porta da sala<sup>47</sup> velha dá entrada ao corredor lateral cuja cobertura é assoalhada e forma um sótão, outrora utilizado como depósito de farinha, rapadura e queijo. O corredor possibilita acesso a dois dormitórios, sem janelas - naquele tempo

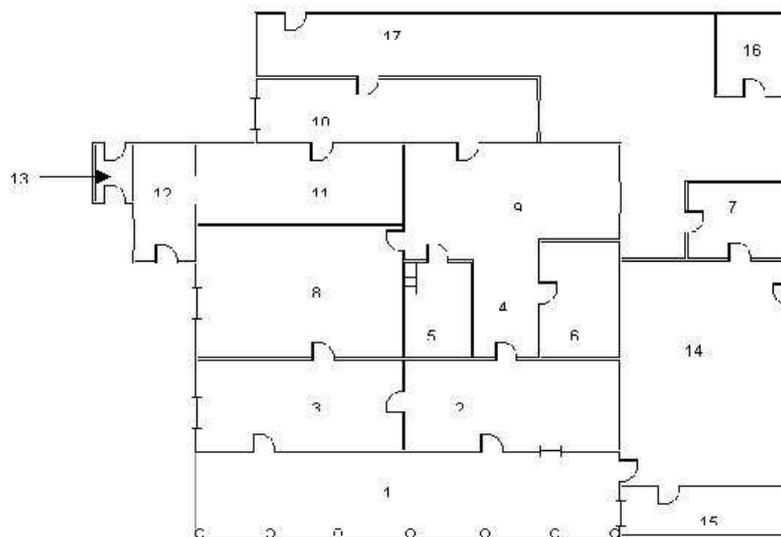
---

<sup>46</sup> Informações concedidas por Maria Celsa Dantas, nora de Antonio Francisco de Azevêdo, no dia 13.01.2001. Na sala velha havia o oratório com vários santos da devoção da família. Faziam novenas, como: de São José (padroeiro de Carnaúba dos Dantas), do mês de maio, de Nossa Senhora das Vitórias. Rezavam o terço todos os dias. Constavam do mobiliário dessa sala alguns armários antigos e malas de couro brocheadas. Foi neste local que Antonio de Azevêdo morreu.

<sup>47</sup> A denominada porta-do-meio. Pela tradição antiga do Sertão, o marido mandava, da porta-do-meio para frente; a esposa, da porta-do-meio para trás... Cf. Medeiros Filho, O. de. *Velhos Inventários do Seridó*, p. 55.

chamados de camarinhas, alcovas ou "casas de dormir". Vale salientar, que do quarto de alcova, têm-se acesso ao sótão. A sala nova (como é chamada pelos seus atuais moradores - construída de alvenaria) interliga-se com a sala do meio. Do lado esquerdo desta sala, existia a sala de jantar que atualmente tem a função de cozinha. Finalmente, a cozinha velha (construída de taipa), uma despensa com dois paióis para armazenar feijão e milho, outro quarto, o muro e o banheiro. Ao lado direito da casa-grande, erguia-se a engenhoca de fabricar rapadura e o armazém; e do lado esquerdo, a casa de farinha e o quarto de descarçar algodão.

FIGURA 8 - Planta da Casa-Grande da Fazenda Antonio de Azevêdo



Desenho feito por Hércules Dantas de Carvalho.

Ano: 2001

1 - ALPENDRE

2 - SALA VELHA

3 - SALA NOVA

4 - CORREDOR \*

10 - COZINHA

11 - DESPENSA

12 - ARMAZÉM

13 - ENGENHOCA DE FABRICAR RAPADURA

5 - QUARTO DO CASAL \*

6 - CAMARINHA \*

7 - QUARTO

8 - SALA DO MEIO

9 - SALA DE JANTAR

14 - CASA DE FARINHA

15 - QUARTO DE DESCAROÇAR ALGODÃO<sup>15</sup>

16 - BANHEIRO

17 - MURO

18 - SÓTÃO

\* Sobre estas dependências encontra-se o sótão.

Com o passar dos anos, a casa sofreu reformas e muitos dos antigos cômodos foram demolidos. Atualmente, só restam o alpendre, duas salas, um quarto, duas camarinhas, uma cozinha e o sótão.

A casa-grande da Fazenda Cabrinha de Azevêdo foi construída por volta de 1870, pelo então proprietário Manoel Pedro de Azevêdo. Ninguém sabe informar quais foram os pedreiros que edificaram a casa-grande da citada fazenda, mas sabendo-se que Manoel Pedro, além de carpinteiro, era mestre-de-obras, deduz-se que tenha tido participação na construção da mesma.

Os materiais utilizados na construção da casa foram, em sua maior parte, extraídos ou fabricados na própria fazenda, como por exemplo as pedras - material encontrado em grande quantidade na região.

Uma antiga moradora do domicílio e bisneta do referido proprietário, relata a existência de uma enorme casa que pertenceu a Manoel Pedro. Na segunda metade do século XIX, foi demolida, sendo seu material reaproveitado na construção de uma nova vivenda. Tal fato ocorreu devido às águas do rio Carnaúba, em uma das suas grandes enchentes, terem-na submergido, pois fora erguida próximo ao referido rio<sup>48</sup>.

A casa-grande da fazenda Cabrinha de Azevêdo foi construída com a frente voltada para o nascente - seguindo um costume seridoense - avistando-se o rio Carnaúba e confrontando-se com as serras do Marimbondo e do Piauí (Fig. 9). À direita da casa, sob o prisma do observador, construíram-se os currais, em

<sup>48</sup> Depoimento concedido por Maria Dantas de Medeiros, conhecida por Cuta, em 30.12.1999.

número de dois, feitos de pau-a-pique e divididos, deitando porteiras de um para o outro.

FIGURA 9 - Alpendre da Casa-Grande da Fazenda Cabrinha de Azevêdo



FOTO: Maria Dantas de Medeiros, [197?]

FONTE: Arquivo da autora

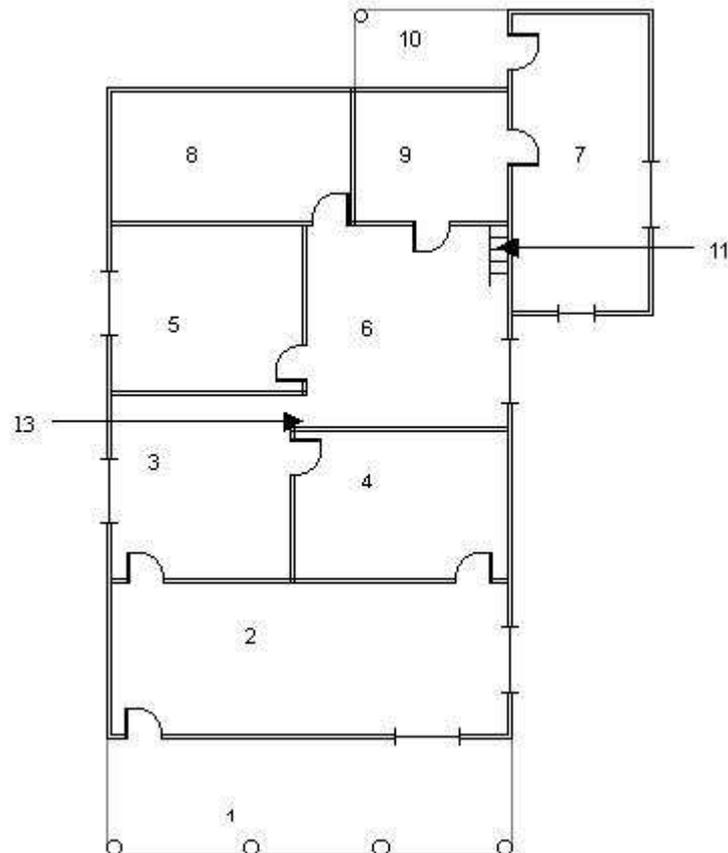
Demolidada quase totalmente, restando apenas o alpendre e a sala de visitas, era composta pelas seguintes dependências que apresentavam paredes largas e sólidas: um alpendre na frente (constituído por um telhado sustentado por quatro esteios em madeira) com piso de pedras e, nas paredes, cabides e armadores de madeira, deste, entrava-se na casa por uma única via de acesso (porta larga, composta por duas folhas dividindo-se ao meio), atingindo-se a sala de fora ou da frente, que apresentava um oratório embutido na parede, uma janela na lateral esquerda voltada para o alpendre, e outra, para o curral. Essa sala interligava-se por porta para um quarto de alcova; outras portas, da sala da frente e do quarto de alcova, davam entrada à sala do meio e ambos tinham a cobertura assoalhada que formava um sótão, outrora utilizado como depósito, em seus paióis, de feijão e milho, rapadura e farinha, esta armazenada em um

enorme caixa<sup>49</sup>. Era sem dúvida o sótão, o cômodo mais agradável: grande e bem arejado. Da sua janela, que dava para o rio Carnaúba, desfrutava-se uma bela visão panorâmica da natureza, também vislumbrada das janelas da sala de fora e da sala de jantar. A sala do meio levava, através de um pequeno corredor, à sala de jantar. Nesse cômodo, próximo à parede do quarto de alcova, havia uma pedra oval fincada no chão com aproximadamente 0,50m de altura e 5m de diâmetro. Ainda nesse subespaço 6, logo à direita de quem entrava, havia uma escada reta de acesso ao sótão e à esquerda, uma porta que dava entrada a um quarto dormitório com uma janela voltada para a estrada de rodagem. Da sala de jantar também ia-se para um telheiro e uma despensa, na qual havia um jirau destinado a guardar os alimentos e um paiol para comportar arroz, pois naquela época esse cereal era cultivado em roças carnaubenses. Enfim, do telheiro entrava-se para uma enorme cozinha, onde conforme relatos de descendentes da família, funcionou uma pequena engenhoca de espremer a cana, tendo em vista que o seu caldo é muito nutritivo; e, desse subespaço 7, saía-se para um alpendre (Fig. 10).

---

<sup>49</sup> Conforme depoimento de Maria Dantas de Medeiros, junho 2001, no assoalho desse sótão havia uma abertura, com porta corrediça que era aberta para retirada da farinha. Esta caía diretamente em uma vasilha que era colocada embaixo da abertura.

FIGURA 10 - Planta da Casa-Grande da Fazenda Cabrinha de Azevêdo



Desenho feito por Sheyla Germana Dantas de Medeiros  
Ano: 2001

- 1 - ALPENDRE
- 2 - SALA DE FORA
- 3 - SALA DO MEIO/ESTAR \*
- 4 - QUARTO DE ALCOVA \*
- 5 - QUARTO DE DORMIR
- 6 - SALA DE JANTAR
- 7 - COZINHA
- 8 - DESPENSA
- 9 - TELHEIRO
- 10 - ALPENDRE
- 11 - ESCADA DE ACESSO AO SÓTÃO
- 12 - SÓTÃO
- 13 - CORREDOR \*

\* Sobre estas dependências encontra-se o sótão.

Em ambas as fazendas, o material arquitetônico era extraído e confeccionado na própria região: caibros, sem beneficiamento, de pereiro, angico, marmeleiro e mororó; ripas de guaxuma; portas e janelas de umburana, fechadas com tramelas e travas de madeira. O tamanho das fechaduras contrasta com as confeccionadas atualmente, pois em algumas antigas casas do Seridó, as chaves chegavam a ultrapassar 15 centímetros. As linhas eram de miolo de angico ou de carnaubeira e para amoldar as formas um tanto desproporcionais da madeira à construção, devido as suas envergaduras, eram utilizados braços (Fig. 11) resistentes pregados bem abaixo da altura das linhas e na largura dos compartimentos. Do centro destes, partiam mãos também das referidas madeiras que se estendiam até o alinhamento da altura desejada, servindo como sustentáculo ao encontro de duas linhas em um ponto comum.

FIGURA 11 - Braço de carnaubeira da Casa Cabrinha de Azevêdo



FOTO: Maria da Paz Medeiros Dantas, jan. 2001

FONTE: Arquivo da autora

As casas das fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo possuem coberturas de duas águas no maior comprimento, uma correndo no sentido da cozinha e outra no sentido do alpendre. As telhas usadas são do tipo

capa-canal. Como essas casas são grandes, a empena<sup>50</sup> começa com uma altura bastante desproporcional às medidas hoje adotadas, tendo em vista a inexistência de linhas de grande porte que forçava os construtores a recorrerem ao uso de braços e mãos de madeira, para elevar a empena e conseguir o nível da queda da água, na frente e na parte de trás da casa<sup>51</sup>.

Outra característica comum às casas é a grande altura da cumeeira. Esta fica, nas residências de duas águas, sobre a sala central, variando entre 6 a 7 metros de pé-direito. As paredes internas se elevam a uma altura até 4.5m, ficando, em algumas delas, o restante até o telhado todo aberto. Ainda com relação às paredes, são de tijolo maciço de barro cozido, variando de espessura entre internas e externas. As primeiras possuem uma largura de 20cm e as externas chegam a medir 40cm de espessura. Dessa forma, podemos constatar que as telhas e os tijolos utilizados nas casas antigas do Seridó são o dobro em tamanho e peso das casas de construção mais recente.

Enfim, do estilo da habitação do Seridó antigo para a arquitetura moderna, muitas transformações se foram registrando com o passar dos tempos, enquanto outras características permaneceram; como por exemplo, o alpendre de telhado baixo com o objetivo de se extrair o máximo de ventilação. Vê-se, portanto, que o progresso foi, aos poucos, eliminando dependências e reduzindo a enorme lista dos componentes dos programas de necessidades caracterizadoras de nossa velha casa patriarcal baseada no "*saber fazer*" (Lemos, 1989, p. 14-5).

## **2.2 O COTIDIANO NA FAZENDA: função dos espaços domésticos da casa-grande**

<sup>50</sup> Conforme o dicionário *Gama*, empena é peça de madeira que vai do frechal à cumeeira. É a parte superior de uma parede com a forma de triângulo isósceles.

<sup>51</sup> Cf. Macedo, A. M. de et al. Como se vivia nos Sertões do Seridó (século XIX aos meados do século XX). In: Medeiros, M. das D. (org.). *Seridó Antigo: história e cotidiano*, 1994, p. 12-3.

Se a aparência das moradas nos dá alguns indícios sobre as formas de morar e sobre a intimidade de nossos ancestrais, o mesmo sucede com suas dependências internas.

O território onde se desdobram e se repetem dia-a-dia os gestos elementares das *"artes de fazer"*<sup>52</sup> é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente. De tudo se faz para não *"retirar-se"* dela, porque é o lugar *"em que a gente se sente em paz"*. Entra-se em casa, no lugar próprio que, por definição, não poderia ser o lugar de outrem. Aqui todo visitante é um intruso a menos que tenha sido explícita e livremente convidado a entrar. Mesmo nesse caso, o convidado deve saber *"ficar no seu lugar"*, sem atrever-se a circular por todas as dependências da casa; deve saber comportar-se, sob pena de cair na categoria dos *"importunos"* (Certeau; Giard; Mayol, 1998, p. 203).

É óbvio que por onde o homem passou e deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história. *"A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem"*. (Le Goff, 1994, p. 540). Nesse contexto, é que se supera a ausência de alguns documentos escritos sobre as fazendas em estudo, fazendo falar as coisas mudas e atribuindo significado as que são aparentemente insignificantes.

Portanto, para que os antigos costumes e tradições do sertanejo não se percam no tempo, faz-se necessário que registremos o modo de vida dos ancestrais; o que será feito a partir da imersão em cada espaço doméstico habitado pelas famílias Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo.

---

<sup>52</sup> De acordo com Certeau, Michel de. *A Invenção do Cotidiano* 1. Artes de fazer, p. 16, "artes de fazer" é a "cultura comum e cotidiana enquanto apropriação (ou reapropriação), o consumo ou recepção considerada como "uma maneira de praticar", enfim a necessidade de "elaborar modelos de análise que correspondam a essas trajetórias (ou séries de operações articuladas umas às outras no tempo)". Portanto, o homem ordinário *inventa o cotidiano*, graças às *artes de fazer*, astúcias sutis, táticas de resistência pelas quais ele altera os objetos e os códigos, se reapropria do espaço e do uso a seu jeito.

Em primeiro lugar, registramos o espaço do entretenimento e da convivialidade<sup>53</sup> que dá forma humana à sucessão dos dias e à presença do outro: "*Naqueles tempos, a lembrança dos fatos era levada de boca em boca nas conversas do copiar ou na pausa do balanço das redes no alpendre. Raros livros chegavam ao Sertão no início do século passado e poucos liam aquelas páginas que sempre relatavam histórias de outras terras*" (Faria, 1996, p. 91).

Na fazenda Cabrinha de Azevêdo, o grau de sociabilidade era excitado com a cultura popular. Tendo em vista que Manoel Henrique de Azevêdo - conhecido como Manoel Cabrinha – além de agricultor era matuto desde os 18 anos de idade e, em muitas de suas caminhadas para os brejos, experimentou diversas aventuras juntamente com seus companheiros Antônio Cruz, Chico Clementino, João Major e Zé Romualdo, muitas histórias de bravura e coragem tinham para contar, sendo o mesmo um contador de histórias, premiado em diversos concursos. Costumava reunir os amigos e a vizinhança para partilharem de suas experiências e dons literários. Também Manoel Cabrinha era assinante da revista católica denominada Centro da Boa Imprensa (ver anexo III) e tinha o hábito de registrar em Livros de Assentos - uma espécie de escritura doméstica, mediante anotações breves e com certa "economia discursiva"<sup>54</sup>, os acontecimentos diários, as despesas mais relevantes e registros de alguns familiares, como nascimento, batizado ou morte dos filhos. Também havia preocupação com a instrução, conforme o depoimento de sua filha Maria das Neves Azevêdo: "*Meu pai era um homem muito ocupado, mas quando não estava viajando, freqüentava escola. Ele tinha os seus livros, lembro ainda dos de História, Geografia e Aritmética. Nas noites de lua, ia de madrugada montado no*

---

<sup>53</sup> Nas fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo, o espírito de sociabilidade era bem acentuado. Era praxe reunir a vizinhança e transeuntes para as conversas no alpendre. Antonio de Azevêdo Filho (1881-1974) - conhecido por Antonio Professor, além de agricultor foi professor (da década de 10 à década de 40 do século XX) e, como autodidata em História e Geografia, era o homem culto da fazenda Antonio de Azevêdo. Sendo ainda ele influente na política, pois era filiado ao Integralismo e assinante de algumas revistas, bem como do jornal semanal "A Ordem", punha os visitantes daquela morada informados dos fatos relativos à política, à economia, enfim do mundo.

<sup>54</sup> A respeito de "economia discursiva", Cf. Certeau, M.; Giard, L.; Mayol, P. *A Invenção do Cotidiano* 2. Morar, cozinhar, p. 126.

*seu jumento de cela buscar ração na serra do Marimbondo e levava os livros para ir e vir estudando durante a viagem*<sup>55</sup>.

Ainda no tocante ao alpendre, os mais antigos seridoenses davam abrigo ou hospitalidade a parentes, amigos e matutos<sup>56</sup>, aos quais era oferecida uma rede limpinha, retirada do fundo do baú, sendo a mesma armada nesse local aprazível e coletivo.

O alpendre dava acesso ao interior da casa, através de porta que se interliga com a sala da frente. Esta servia para permanência das visitas, onde costumava-se tratar de assuntos mais "formais", tais como: negócios (compra e venda de rebanhos, permuta e compra ou venda de terras, dívidas, etc.), questões relacionadas a casamentos, assuntos relativos às plantações (safra), assuntos políticos, sociais, etc. (Silva & Silva, 1999, p. 27).

Nas salas das casas mais rústicas, encontravam-se cavaletes para a guarda de selas e cangalhas. As roupas de vaqueiro confeccionadas de couro, eram penduradas em cabides de madeira fincados nas paredes. Outro tipo de cabide era preso por correias suspensas do teto que serviam para pendurar cordas de laçar, cabrestos, chocalhos, etc.<sup>57</sup> Nas fazendas Azevêdo em estudo, tais cabides e tornos destinados a armar as redes, frente à quase inexistência de camas, estão distribuídos por todos os espaços da casa.

Na casa-grande da fazenda Antonio de Azevêdo há duas salas de visitas ou da frente; sendo que uma delas - a sala velha - ostentava um oratório, peça indispensável à casa do bom católico, contendo imagens de santos populares e os venerados pela família. Nesse local, reuniam-se os membros do domicílio e a comunidade para rezarem ofícios, terços e novenas, como os em honra a São José, ao mês mariano e a Nossa Senhora das Vitórias.

---

<sup>55</sup> Depoimento concedido em janeiro de 2001.

<sup>56</sup> A casa dos Azevêdo oferecia pouso aos matutos de Jardim do Seridó, Cruzeta, Beira do Rio de Acauã e região de Brejo do Cruz (Jatizeiro). Os sacos em que os matutos transportavam os cereais - denominados de surrão - eram confeccionados de sola de boi e as cangalhas, de maiá. Informações concedidas pelo Sr. Antônio Afonso de Azevêdo, em dezembro de 2000.

<sup>57</sup> Informações obtidas no artigo *A Morada Rural Seridoense*, publicado por Jaeene Fonseca Leite Nesi, no jornal O Poti, 1993, não pág.

Tratando-se da casa-grande da fazenda Cabrinha de Azevedo, havia apenas uma sala de visitas, cuja dimensão era da largura da casa. Devemos ressaltar que ali também era preemente o espírito de religiosidade, expresso na fé Católica Romana. A organização espacial, sobretudo, os objetos decorativos a exemplo de outras residências seridoenses daquela época, eram muito simples.

A modéstia do mobiliário fica evidente nos depoimentos colhidos: poucos tamboretos de madeira, grosseiramente confeccionados, cobertos de sola (couro curtido); uma ou duas mesas feitas principalmente de caibreira, com seus bancos; bancas; camas com lastro de sola de boi ou tela; baús e malas brocheadas que serviam para guardar as roupas da família; alguns armários; paredes ornamentadas com vários quadros religiosos, crucifixos e relógios de parede (Figs. 12, 13, 14 e 15).

FIGURA 12 - Banco de madeira fabricado em 1920 por Manoel Pedro de Azevêdo. Fazenda Cabrinha de Azevêdo.



FOTO: Maria da Paz Medeiros Dantas  
FONTE: Arquivo da autora

FIGURA 13 - Banca fabricada em 1925 por Manoel Pedro de Azevêdo, pertenceu a Manoel Aprígio de Azevêdo. Herdada por Manoel Henrique de Azevêdo



FOTO: Maria da Paz Medeiros Dantas  
FONTE: Arquivo da autora

FIGURA 14 - Relógio de parede da Fazenda Antonio de Azevêdo. Adquirido em 1914.



FOTO: Maria da Paz M. Dantas, abr. 2001  
FONTE: Arquivo da autora

FIGURA 15 - Banca de ornamentação da Casa de Antonio de Azevêdo, datada do início do Séc. XX.



FOTO: Helder Alexandre M. de Macêdo, dez. 1995  
FONTE: Arquivo da autora

Quanto à sala-de-estar ou do meio, "a meio caminho da sala de jantar e da cozinha", era destinada às mulheres que ali desenvolviam suas atividades domésticas, como: costura, bordados, renda de bilro, fiação do algodão em bilros ou em rocas rústicas, troca de receitas, etc.

A cargo delas, ficava o asseio e a limpeza da casa, a preparação dos alimentos, além de grande parte da indústria caseira. Afinal, toda educação era voltada para o casamento, para as atividades que deveriam desempenhar enquanto mães e esposas. Administrar a casa a partir de seus princípios e tradições. Conforme Hobsbawn, *"por 'tradição inventada', entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras subentendidas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado"* (1997, p. 9).

Assim como a lavagem da roupa, o preparo da alimentação e a limpeza da casa, passar e engomar a roupa eram atividades igualmente exaustivas e demoradas. Um ferro aquecido com brasas pesava entre dois e quatro quilos. Deveriam produzir em casa, com as próprias mãos, tudo aquilo que fosse possível, evitando ao máximo todo e qualquer peso excessivo ao bolso do marido, pois deveriam economizar sempre. Assim, os trabalhos manuais em geral e a costura em particular constituíam uma importante atividade realizada no "recôndito do lar" e eram consideradas como sendo das mais importantes, úteis e agradáveis ocupações femininas.

A máquina de costura (Fig. 16) era vista como a "amiga inseparável" da boa dona de casa. O principal atributo da máquina de costura, segundo os preceitos da época, era a economia que ela poderia representar para o orçamento doméstico. Como o trabalho da dona da casa não era remunerado, as roupas que ela produzisse para os filhos e para a casa significavam um alívio nas contas, no final do mês. Através da cerzidura e do remendo preservava-se toda a roupa, fosse a usada para vestir, fosse a do cotidiano doméstico, como os lençóis, toalhas, guardanapos.

mneme

revista de humanidades

Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.

V. 04. N. 09, fev./mar. de 2004. – Semestral

ISSN -1518-3394

Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme)

FIGURA 16 - Máquina de costura da Fazenda Cabrinha de Azevêdo, datada de 1910



FOTO: Maria da Paz Medeiros Dantas, jun. 2001  
FONTE: Arquivo da autora

Diferindo da Fazenda Cabrinha de Azevêdo, na de Antonio de Azevêdo, a sala-de-estar destinava-se também às refeições dos matutos que naquele lugar eram hospedados, pois nas fazendas do Seridó Antigo eles eram sempre bem acolhidos e tratados com toda afabilidade. Junto à citada sala, estavam os espaços de privacidade: "*Nessas dependências, o corpo dispõe de um abrigo fechado, onde pode estirar-se, dormir, fugir dos olhares, da presença de outras pessoas...*" (Shapponick, 1997, p. 509). Ficava o quarto do casal - denominado de alcova - e, ao seu lado, o das moças solteiras - a camarinha, tapado de janelas para fora. Contudo, o tempo e a mudança dos hábitos fizeram abrir nas paredes as janelas para o amanhã. Incorporando as soluções arquitetônicas que correspondiam aos apelos da higiene, conforto e intimidade, os dormitórios ganharam um perfil absolutamente distinto das velhas alcovas.

Do quarto do casal - nomeado de quarto grande - sobe-se por meio de uma escadaria de madeira para o sótão. Nessa dependência guardavam-se os queijos<sup>58</sup>, a farinha em enormes caixões, os doces e os garajaus de rapadura.

<sup>58</sup> Conforme depoimento do Sr. Tota Azevêdo em dezembro de 2000, na fazenda Antonio de Azevêdo, Maria Senhorinha guardava em jiarus, os queijos e os doces de um ano para o outro

Assim como a sala de visitas, a sala de jantar era um espaço de exibição que simbolizava a harmonia e comunhão dos convivas, o respeito às hierarquias e à união do proprietário. Disposto ao redor da sólida mesa e dos tamboretas, um mobiliário simples. No canto de parede, um guarda-louça ostentando uma razoável gama de utensílios de servir e comer, como: copos de metal e de vidro com ou sem licores, pratos pequenos e grandes, pratos de porcelana e de flandres, bules, pires, talheres e outros objetos de porcelana.

Tão simples, como a maioria dos utensílios das fazendas Azevêdo, eram os pratos servidos nos dias de trabalho. Os alimentos principais desses sertanejos eram a farinha de mandioca, feijoada e rapadura, independente do nível social de quem os consumia. Nos dias festivos e aos domingos, havia assados, pirões de corredor de boi, bolos e doces. Nesses dias, era comum reunir também os filhos casados, genros e noras para a confraternização familiar. O hábito de não se receber nem fazer visitas durante as refeições indica igualmente um certo gosto pela intimidade nessas horas. Seguindo os hábitos portugueses, os sertanejos daquela época costumavam fazer três refeições, sendo a ceia uma refeição mais frugal. Os horários variavam de acordo com as atividades dos membros do domicílio. Na fazenda Antonio de Azevêdo, de acordo com os esclarecimentos de seus antigos moradores, tinham por hábito tomar o *"café puro de cinco horas da manhã. De oito horas para oito e meia era servido o almoço. Tocava-se num 'buzo' de praia para que a família e os trabalhadores fossem avisados do mesmo. O jantar era de uma hora da tarde e a ceia, às seis horas, quase sempre coalhada ou munguzá com leite de vaca"*<sup>59</sup>.

Chamamos a atenção para, entre os costumes domésticos, certos hábitos de higiene, como o de lavar as mãos antes e depois das refeições (Fig. 17). Essa prática de higiene também se repetia ao anoitecer, quando as pessoas

---

a fim de comerem na Semana Santa. O queijo era todo "conturado" com ferro quente para ficar encascado. No outro ano partia-o com facão. A casca tinha a espessura de um dedo, porém no meio era branda.

<sup>59</sup> Depoimentos concedidos pelos srs. Antonio Afonso de Azevêdo e José Augusto de Azevêdo em outubro de 2000.

do campo tinham o hábito de lavar os pés antes de dormir, para evitar certas infecções, e para assegurar a limpeza da rede e do lençol.

FIGURA 17 - Lavatório pertencente à Fazenda Antonio de Azevêdo, datado de 1881



FOTO: Maria da Paz M. Dantas

Jun. 2001

FONTE: Arquivo da autora

A cozinha era um local unicamente reservado às mulheres. Tratava-se do espaço onde se praticavam as atividades domésticas referentes à culinária. Em geral, nas casas do antigo Seridó, esse cômodo era composto por fogão de alvenaria provido de chaminé, funcionando à lenha (Fig. 18); armário embutido na parede; cantareiras com potes; mesas com bancos; panelas e alguidares de barro; enfim, todos os apetrechos usados nos serviços culinários.

FIGURA 18 - Fogão a lenha da Casa  
de Manoel Cabrinha.  
Fazenda Cabrinha de Azevêdo



FOTO: Maria da Paz M. Dantas  
Jun. 2001  
FONTE: Arquivo da autora

No século XIX e início do século XX, a mulher das fazendas em estudo, ainda continuavam confinadas às tarefas domésticas, ao trabalho caseiro. Relata-se a tarefa árdua da dona-de-casa numa época em que os produtos industrializados ainda estavam ausentes desses espaços domésticos; o café era torrado em casa; o milho para fazer o mungunzá era pisado no pilão; o milho para fazer o cuscuz e o xerém era colocado de molho, depois moído e peneirado. Torrava-se o milho, em panelas de barro misturado com areia, para fazer pipoca e fuba. Nessas circunstâncias, uma frequentadora e amiga da Fazenda Cabrinha de Azevêdo, Dona Artimísia, saboreando alguns pratos da cozinha rústica daquela fazenda, revelou: *"Eu apreciei as delícias das feijoadas temperadas com leite de coco, dos xerém temperados com manteiga da terra, dos arroz de leite, dos cuscuz de milho e dos mungunzás feitos por Amélia e Emília de Ernesto"*<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> Depoimento concedido no dia 15.06.2001.

Sem dúvida, devemos aceitar como dignas de interesse, de análise e de registro aquelas práticas ordinárias, aparentemente consideradas insignificantes. É preciso aprender a olhar esses modos de "saber fazer" comuns e modestos, que muitas vezes são o único lugar de inventibilidade possível do sujeito: *"invenções precárias sem nada capaz de consolidá-las, sem língua que possa articulá-las, sem reconhecimento para enaltecê-las"* (Certeau; Giard; Maiol, 1998, p. 217).

À mulher era reservado o estereótipo que a história se encarregou de colocar: *"a mulher 'rainha do lar', a Eva, costela de Adão, a 'guardiã do lar"* (Buriti, 1999, p. 123). Dessa forma, o imaginário<sup>61</sup> social assimilou que a mulher é a parte que apenas completa o homem, adjetivando-a como naturalmente frágil, submissa e passiva.

Entretanto, as tarefas femininas dependem da ordem cultural e exigem uma memória múltipla: memória de aprendizagem, memória de gestos vistos, das consistências; enfim, entrar na cozinha, manejar coisas comuns é pôr a inteligência a funcionar. Na cozinha, a atividade é tanto mental quanto manual: são mobilizados todos os recursos da inteligência e da memória. É preciso organizar, decidir, prever. Nesse local, o passado e o presente se entrelaçam na transmissão do saber, nas lembranças pessoais para satisfazer a necessidade do momento, trazer a alegria de um instante e convir às circunstâncias.

Um outro aspecto que requeria cuidados na vida doméstica era a iluminação após o pôr-do-sol. À noite, obtinha-se a iluminação a mercê do fogo da chaminé, das candeias e candeeiros de latão de cobre, alimentados a azeite de semente mamoneira e querosene<sup>62</sup>. Por outro lado, a iluminação diurna era recebida pelas portas, janelas, frestas, etc.

Ao lado da cozinha, encontrava-se a despensa, onde eram armazenados os mantimentos destinados à manutenção dos moradores da casa da fazenda,

---

<sup>61</sup> Entende-se como imaginário "(...) um conjunto de imagens e de relação de imagens que constituem o capital pensante do 'homo sapiens' (Durand, citado por Pesavento, 1995, p.17).

<sup>62</sup> A respeito de artigos de iluminação, consultar Medeiros Filho, O. de. *Velhos Inventários do Seridó*, p. 61-2.

como milho e feijão. Estes eram empilhados com areia em paióis de alvenaria. Outros gêneros alimentícios, controlados pela dona da casa, eram acondicionados até o momento do seu consumo. Assim afirmaram, a Sra. Maria Cunha de Azevêdo: *"Anjinha, cega desde os 15 anos, cunhada de Antonio de Azevêdo, pisava o milho para fazer o munguzá"*, e a Sra. Maria das Neves: *"Meu pai, Manoel Cabrinha, no período de seca, viajava para os brejos e, de lá, trazia frutas, cereais e mel de abelha, os quais eram guardados na despensa"*<sup>63</sup>.

Além dos quartos já citados, existia o quarto depósito externo - denominado de armazém - onde eram guardados a safra do algodão e os instrumentos de lavoura; os apetrechos de montaria, tais como: cangalhas, selas, cambitos, silhões - as selas femininas - cordas de laçar, peias de animais, arreios, ferros de marcar o gado, etc.

Os quartos das fazendas Azevêdo em estudo tinham funções semelhantes, diferenciando-se apenas quanto à estrutura, localização e mobiliário. Na fazenda Cabrinha de Azevêdo, como não havia o armazém, as safras, os instrumentos de lavoura e os apetrechos de montaria eram guardados na sala de visitas e na despensa.

Como já foi citado, as estruturas de ambas as casas-grandes sofreram modificações. Da casa-grande da fazenda Antonio de Azevêdo restam o alpendre, as duas salas de visitas, a sala-de-estar, o quarto de alcova, duas camarinhas, a sala de jantar - hoje com a função de cozinha - e o sótão; enquanto a casa-grande da fazenda Cabrinha de Azevêdo foi quase totalmente demolida, só restando a sala de visitas, embora já reformada, e o alpendre.

Por tudo isso, registramos que antigos costumes dos que habitaram as fazendas Azevêdo no período 1870-1940 foram alterados, como: a luz de candeeiro foi substituída pela luz elétrica; são raras as pessoas que ainda se sentam no copiá para as conversas, preferindo assistir a programas de televisão. Esse veículo de comunicação também chegou ao campo, tornando-se um dos principais fatores que contribuíram para a alteração do modo de vida do homem

---

<sup>63</sup> Depoimentos concedidos no dia 25.02.2001.

sertanejo que tenta reproduzir o modelo de vida transmitido pela mesma. Aos poucos, as redes vão cedendo espaço às camas. Os cavalos usados para ir à cidade em dia de feira ou de festa, bem como para as cidades vizinhas, foram substituídos pelos automóveis e pelas motocicletas. Enfim, as "exigências da modernidade", visando promover o "progresso social" da zona rural, fomentaram profundas modificações, quer na apropriação do espaço privado quer no uso dos espaços públicos.

Finalmente, conforme afirma Nora *"a memória é história viva e vivida e permanece no tempo, renovando-se"* (Citado por D'Aléssio, set. 92/ago. 93, p. 98). Deixamos registrada, portanto, a relevância de ter revisitado esses grupos de lembranças, no caso dos Azevêdo, que se colocam como os guardiães da memória do homem do campo, dando significância, herdada do passado, mesmo que a esse passado se atribua, através do imaginário e das suas referências simbólicas, um valor maior do que a sua realidade.

### 3. RITOS DA VIDA PRIVADA

Marcada por um tempo, ele mesmo objeto de transformação, neste capítulo, pretendemos refletir a privacidade a partir do imaginário social e de diferentes fontes documentais que, na maioria das vezes, retratam os ritos de passagem da vida: nascimento, casamento e morte, iluminando o curso ordinário das coisas, suas marcas, sua porosidade entre as relações espaço privado/espaço público<sup>64</sup>, ajudando a compreender o conjunto de práticas consagradas pelos usos e normas.

A privacidade era feita de pequenos ritos cotidianos. Mas ela abraçava, igualmente, os grandes ritos da existência humana. Viver consistia em passar por essas etapas, ou melhor, por essas seqüências cerimoniais que tornavam

---

<sup>64</sup> Espaço privado é o lugar da vida doméstica, da intimidade, da busca da paz, da tranquilidade, do conforto material, mas também ao lado destes, da disputa e do poder. Espaço público é o lugar das transações econômicas e dos conflitos que delas transpiram; é o espaço da perdição e do desvio. Cf. Del Priori, M. 1997, p. 297.

significativos o universo e a existência individual. Para tal, impunham-se à natureza limites que se expressavam em rituais de agregação, trânsito ou separação.

Assim sendo, os ritos, segundo conceitua DaMatta (2000, p. 41), "... são [as] *modificações sociais que chamamos de 'rituais' ou 'extraordinárias', e se constituem, às vezes, nos pólos privilegiados de mudanças sociais duradouras e historicamente importantes*". Essa durabilidade, uma vez constituída, permite a permanência dos ritos na sociedade que os imprimiu mediante um conjunto de práticas sócio-culturais e religiosas.

O primeiro desses grandes ritos era o que cercava o nascimento. Por ocasião deste, os primeiros cuidados eram dirigidos às parturientes, que deviam viver esse momento no mais recôndito de sua intimidade. A sabedoria popular recomendava que as "prenhadas" bebessem o "caldo da caridade", preparado com carne, cebola e pimenta-do-reino; que untassem a barriga com manteiga, cebola e azeite-preto, pois evitaria estrias e facilitaria a expulsão da placenta; ainda, usassem pendurados ao pescoço, saquinhos com orações aos santos protetores. Preparada e alimentada, a mulher esperava com calma o parto. Na hora do parto, conforme depoimentos de senhoras idosas da nossa comunidade, ela devia estar de cócoras, assentada sobre um cepo com as pernas afastadas e curvas, auxiliada nas costas, geralmente, pelo marido - uma maneira de inserir o cônjuge no trabalho de parto. Somente em situações mais complicadas recorriam-se aos médicos ou similares. Assim ocorreu com a senhora Amélia Cunha, da Fazenda Cabrinha de Azevêdo, conforme relatou sua filha Maria das Neves: "*Em 1938 mamãe ficou doente após o parto de oito meses de gêmeas que nasceram mortas, pois uma placenta ficou retida no útero. Foi socorrida pelo farmacêutico Pedro Hugo*"<sup>65</sup>.

Familiarizadas com as manobras externas para facilitar o parto, as comadres ou "aparadeiras" encarregavam-se da lubrificação das partes genitais,

---

<sup>65</sup> Depoimento concedido no dia 12.06.2001.

da pressão abdominal e de fricções e pressões exercidas no baixo-ventre para facilitar a expulsão da criança.

As mulheres das Fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo, entre 1870-1940, tiveram como parteira Maria Sabina da Conceição - conhecida por Mãe Negrinha e também, como Mãe Nossa - que assistia às parturientes de Carnaúba dos Dantas a Acari. Era costume da época, os pueris tomarem a benção à parteira que lhes assistira no nascimento.

Diferentemente dos dias atuais, a maternidade do período 1870-1940 prescrevia cuidados especiais. Após o parto era recomendado à parturiente ficar inerte, deitada - algumas com a cabeça envolvida por um pano e usando meias, atitude que variava entre três a cinco dias. Após estes dias, a mesma começava a andar somente pelo interior do domicílio. Entre oito e dez dias tomava o banho morno do pescoço para baixo, dentro do quarto, para não se expor ao vento. Segundo a Sra. Artimísia Florentina Dantas: *"Antes de tomar o banho morno, davam um cachimbo<sup>66</sup> bem reforçado que a gente ficava tontinha"<sup>67</sup>*. E assim, sucessivamente, iam tomando o banho morno, cada vez com a temperatura mais baixa até chegar aos vinte e oito dias, quando era tomado o banho frio e lavada a cabeça. O resguardo compreendia quarenta dias, obedecendo a uma rigorosa abstinência sexual e recusa a determinados alimentos. Ainda com relação aos cuidados pós-parto, a mesma Sra. Artimísia afirmou: *"Quando dava dor após o parto, queimavam cachaça com arnica pra gente tomar, ou então, davam remédios da carteira"<sup>68</sup>*. Notamos, dessa forma, a ausência de determinados hábitos de higiene durante e após o parto, tendo em vista que naquela época as parteiras ainda não usavam luvas e os tabus perpassavam as práticas cotidianas.

Depois de vir ao mundo, a criança tomava banho de água morna e sabonete em uma gamela de madeira ou de barro, adquirida para esse fim. Era a banheira usada até as décadas iniciais do século XX. O bebê era encueirado -

---

<sup>66</sup> Licor resultante da mistura de cachaça com mel de abelha ou outro adoçante.

<sup>67</sup> Depoimento concedido no dia 15.06.2001.

<sup>68</sup> Remédios da carteira na linguagem popular da época são os denominados, atualmente, da homeopatia. Geralmente eram consultados por um leigo, à luz de uma cartilha.

naqueles tempos não existiam as fraldas que conhecemos hoje - após ser colocada a atadura e o cinteiro. O couro era uma peça para envolver especialmente as nádegas e as pernas dos recém-nascidos. Faziam parte do seu vestuário, a camisa curta sem mangas e a camisa longa, ambas bordadas e enfeitadas com bico; a touca de pano e a coberta da diária, quase sempre de chita, que envolvia a criança sobre o couro. O enxoval mais sofisticado era usado nos passeios. O recém-nascido "escusava calçado". Somente com alguns meses de vida é que começava a usar essa peça do vestuário. Naquela época, as mães tratavam os umbigos com azeite. Conforme depoimentos colhidos com algumas mulheres idosas: *"Pegava-se dois paninhos bem velhinhos e queimava-se na luz do candeeiro, fazendo uma roda no meio. Daí, colocava-se sobre o umbigo untado de azeite. A cada banho os mesmos eram trocados. O umbigo caído, geralmente, era enterrado na porteira do curral"*.<sup>69</sup>

Ainda visitando espaços da memória sobre rituais de preparação e de cuidados com os pueris, menciona-se que era costume perfumar o enxoval do recém-nascido, queimando certas substâncias aromáticas, da seguinte forma: deitava-se um tamborete, em seguida, colocava-se sobre o mesmo os lençóis, as camisas, os cueiros, enfim o vestuário do bebê, anteriormente engomado e, sob este, uma vasilha com brasas contendo folhas secas de alfazema ou brejuí. Dessa forma, uma fumaça perfumada era exalada, aromatizando aqueles panos. Segundo dona Artimísia, *"quando as pessoas sentiam o cheiro de alfazema, diziam: fulana descançou"*.<sup>70</sup> Com relação à alimentação, além do "leite de peito", considerado pelos médicos "extremado remédio", era comum "engrossarem-se" os alimentos das crianças com carimã, goma, araruta e farinha peneirada, adoçados com rapadura refinada. Com referência à obtenção da rapadura refinada, explicou-nos o Sr. Tota Azevêdo: *"Eu alcancei. Pegava a rapadura boa*

<sup>69</sup> Depoimentos concedidos pelas seguintes mães: Antônia Lima de Medeiros - nascida aos 19.12.1919 (Fazenda Antonio de Azevêdo); Artimísia Florentina Dantas - nascida aos 16.11.1923; Maria das Neves Azevêdo de Medeiros - nascida aos 25.02.1934 (amiga e moradora, respectivamente, da Fazenda Cabrinha de Azevêdo).

<sup>70</sup> Idem.

*do Brejo, derretia e quando dava o ponto de puxa, aí batia aquele mel grosso até refinar e virar uma pedra de açúcar. Então, pisava-se no pilão e peneirava-se"*<sup>71</sup>.

Uma rede imaginária cercava a pequena criança de perigos. Acreditava-se que forças maléficas tinham o poder sobre os recém-nascidos. As mães reconheciam o enfeitiçamento por medos e tremores amiúdes, choros repetidos, tristeza de aspecto, mudanças de cor, repugnância em mamar, vergões ou nódoas em algumas partes. Além disso, havia receios como: o de galo cantar fora de hora, o do cantar da coruja, conhecida também por rasga-mortalha, o de pássaros pousarem na cumeeira da casa. A Sra. Maria Dantas de Medeiros, com relação ao quebranto de seu filho José Roberto, esclareceu: *"Ele estava bem gordinho, uma senhora achou-o lindo, quando ela deu as costas, esse menino adoeceu de uma infecção até morrer"*<sup>72</sup>. Todavia, conforme o costume e crença popular, algumas simpatias tinham o poder de combater o quebranto. Uma, era dar o "banho de susto". Colocava-se um ferro no fogo, quando estivesse bem quente, jogava-se dentro da água. Com essa mesma água dava-se banho na criança doente. Outra, era pôr o cueiro da criança com "quebranto" no fumeiro ou chaminé, e deixá-lo neste local para ser queimado, afastando da criança a força do "mau olhado".

A Igreja Católica recomendava aos pais batizar seus filhos assim que possível. O batismo das crianças do Sítio Carnaúba de Baixo, até 1910, era realizado na casa-grande da Fazenda Antonio de Azevêdo, segundo o relato do Sr. Antônio Afonso de Azevêdo:

Padrinho [Antonio de Azevêdo] mandava buscar o padre em Acari. Chegava na sexta-feira, almoçava na casa-grande e ali batizava as crianças<sup>73</sup>. O padre, obrigatoriamente

<sup>71</sup> Depoimento concedido no dia 16.06.2001.

<sup>72</sup> Depoimento concedido no dia 17.06.2001.

<sup>73</sup> Naquele tempo, era costume dos vigários sertanejos, acompanhados de um sacristão, percorrerem, uma vez por outra, as principais fazendas, assistindo, desse modo a sua freguesia. (...). Além de batizar os pagãos e casar os noivos e amancebados - assistia a todos, do "sinhô" ao escravo, não só no confissionário, como de conselhos e ensinamentos vários (...). Os padres-velhos, de mais anos vividos naquela freguesia, recebiam a visita dos fiéis já batizados por eles que lhes beijavam as mãos e pediam as suas bênçãos. Alguns passavam a

usando uma batina preta vinha montado num cavalo. Pai [José Leopoldino de Azevêdo] contava que até 1924 foi buscar o vigário em Acari. Na época do inverno iam logo na quinta-feira com os animais, pernoitavam lá e na sexta-feira, vinham cedo, logo após a missa<sup>74</sup>.

Convém salientar que, até o ano de 1955, a feira de Carnaúba era aos sábados. O padre celebrava a missa nesse dia pela manhã e, logo após, retornava a Acari.

Tendo em vista o longo espaço de tempo entre uma celebração e outra, era permitido batizar em casa as crianças doentes que não tinham condições de esperar o dia da missa. Assim confirmou Maria das Neves que batizou da seguinte forma: "*Fulano, eu ti batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Aí, ia despejando água na cabeça da criança*"<sup>75</sup>. Caso a mesma não fosse a óbito, o sacramento era confirmado pelo sacerdote. A preocupação com o batismo dos filhos, muitas vezes levava os pais a se deslocarem, a cavalo, a Acari com esse fim, tendo em vista que até os finais da primeira metade do século XX, no então Povoado de Carnaúba, missas eram celebradas somente a cada trinta dias.

Um outro aspecto está relacionado com a escolha do nome. Percebemos, através de depoimentos colhidos, que até a primeira metade do século XX, alguns nomes na pia batismal não eram aceitos pelo pároco. Citemos, como exemplo, o de Léa, filha de Manoel Cabrinha, retirado de uma Revista Católica, a qual foi batizada, em 1936, por Maria pelo então Pe. Ambrósio Silva, contrariando assim, a vontade e a escolha de seus pais que costumavam pôr nos filhos o nome conforme o santo do dia.

Enveredando pelo universo iconográfico, notamos que, apesar da importância atribuída à cerimônia do batismo, o seu registro fotográfico não era usual até as primeiras décadas do século XX. Nos álbuns de família do começo

---

ser conhecido por todos, pela denominação de padrinho-padre. Para saber a respeito das "desobrigas" conferir Faria, J. L. de. *Velhos costumes do meu sertão*, p. 55-7.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Depoimento concedido no dia 12.06.2001.

desse século das Fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo, o batizado aparece sob a forma de uma construção a posteriori. Provavelmente a ausência de retratos feitos na fazenda onde eram realizados os batizados até 1910 e os fotografados no interior das igrejas deveu-se aos problemas de ordem técnica (iluminação e deslocamento), mas também poderia traduzir a resistência da Igreja Católica ao equipamento fotográfico e à apropriação do cenário sagrado para fins privados, amparada pelas encíclicas do papa Pio X (*Lamentabili e Pascendi Dominici Gregis*) divulgadas em 1907, que condenavam a heresia moderna (Citado por Schapochnik, 1997, p. 474).

A formação religiosa era obrigatória, e as mães deveriam se empenhar em levar os filhos que criavam a pronunciar, logo na primeira idade<sup>76</sup>, os "Santíssimos nomes de Jesus e de Maria". Desde o início da ocupação do lugar pelos Azevêdo e em todo o seu processo de evolução, a vida desse povo esteve marcada por uma história de fé e de religiosidade ligada ao catolicismo. Depois dos sete anos, "sós ou a coros", deveriam, diariamente, rezar pela manhã, antes e após cada refeição e à noite, era "tirado" o terço, assistido por toda a família e visitantes.

Pelas leis da Igreja, após um período de aprendizagem dos preceitos e aspectos doutrinários da religião, o jovem deveria fazer a primeira comunhão. Essa data era significativa, pois supostamente revelava a introjeção de valores éticos e morais, o discernimento entre o bem e o mal, entre o pão da eucaristia e o pão comum. Conforme os relatos apresentados, percebemos que essa cerimônia não se restringia a uma simples festa religiosa, consistindo também num rito de passagem da primeira infância para a adolescência. Nos álbuns de família em estudo, constatamos a ausência de imagens desse ritual, porém o que percebemos, através da memória dos entrevistados, é que a indumentária era composta de sapato, meia, vestido branco, véu e grinalda ou manto, para as

---

<sup>76</sup> Chamada também de infância ou puerícia, cuja qualidade é quente e úmida, a qual dura desde o nascimento até os quatorze anos. Cf. Del Priori, M. Ritos da Vida Privada. In: Souza, L. de M. e (org.). *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 299.

meninas; sapato, meia três-quartos, calça curta, gravata-borboleta, camisa branca e uma fita branca bordada com o símbolo da eucaristia - um cálice e as inscrições *INRI* - amarrada no braço para os meninos. Ambos portavam na mão direita uma vela e na esquerda, um missal aberto com um terço.

Certamente, de todos os ritos da vida privada, o casamento é o mais público, ocupando um lugar estratégico e fundamental ao longo dos tempos.

A sua importância é uma decorrência da própria estrutura da família e da sociedade que vinha desde a Colônia e que possibilitava a articulação de seus componentes através das alianças matrimoniais, tornando o casamento um dos elementos no mecanismo de mobilidade social.

Há uma construção de imagens e de discursos a respeito do matrimônio em remotas épocas, como assinala Lamartine (1996, p. 59), no livro *Velhos Costumes do Meu Sertão*:

Os casamentos entre jovens das primeiras famílias sertanejas eram muitas vezes acertados entre os pais; não raramente ocorrendo dos noivos se avistarem pela primeira vez no dia da cerimônia (...). E não obstante a falta de conhecimento prévio dos candidatos, haviam poucos desajustes, reinando entre os casais grande compreensão e solidariedade através da vida.

Outro aspecto, com igual teor de visibilidade eram os namoros: *"As môças sòmente no dia das bodas aproximavam-se dos seus futuros. Antes viam-nos de longe pelas frestas das portas e pelos buracos das fechaduras"* (Bello, citado por Faria, p. 63).

No entanto, de conformidade com os relatos de antigos moradores das fazendas em estudo, percebemos claramente que nelas, as práticas de namoro e de casamento não se configuravam nos moldes dos anteriormente citados.

Naquela época, os casamentos das filhas dos fazendeiros eram celebrados na fazenda dos pais e, em algumas vezes, na igreja da freguesia em que residiam. Geralmente, a celebração era coletiva. A tradição recomendava que se chamasse o sacerdote à fazenda e que num só dia se realizassem simultaneamente dois ou mais casamentos, em seguida era oferecida uma

grande festa. Citamos nesse prisma os enlaces matrimoniais coletivos realizados em 1921, no Sítio Bananeiro (município de Jardim do Seridó), de Manoel Henrique de Azevêdo com Amélia Maria da Conceição e de Veriana Cunha com Joaquim França, ambas filhas de Rafael Luiz de França Cunha.

Os discursos dos informantes enfocam a falta de diálogo e de respeito ao espaço da individualidade de cada membro da família até inícios do século XX, onde pais sobrepõem o seu poder, personificando a figura feminina de frágil, submissa e que precisa de cuidados, bem como o imaginário social que traduz como práticas reprováveis manchar a "honra da família".

Contudo, ao lado dessa clássica representação social de mulher fragilizada, obediente à vontade paterna, temos conhecimento de vários casos em famílias do Seridó antigo, em que a mulher, num ato de coragem e rebeldia, foge de casa para se casar com seu ente querido. Raptada a noiva, era depositada pelo noivo na casa de um amigo da família que, ao amanhecer do dia, dirigia-se à casa do pai da noiva para comunicar-lhe o ocorrido. Nesse caso, o casamento era realizado, com mais simplicidade, na casa onde se encontrava a moça. O número de convites era restrito às pessoas mais chegadas e aos padrinhos dos noivos. *"Terminada a celebração, os noivos se dirigiam, acompanhados do dono da casa em que a môça fôra depositada, à residência dos pais desta, aos pés dos quais se ajoelhavam suplicando sua bênção e perdão"* (Faria, 1996, p. 61).

Nos casamentos com plena aceitação dos pais, os preparativos para a festa começavam com bastante antecedência. Eram convidados pelos pais dos noivos todos os parentes próximos e amigos, pois a falta de um convidado poderia provocar ressentimentos. Matavam-se bois, carneiros, porcos, perus, galinhas... faziam-se iscas<sup>77</sup>... Os alimentos eram cozidos em panelas de barro. O "pagode" - como era denominada a festa do casamento - durava um dia com a noite ou até mais dias. À noite, geralmente, havia dança.

É interessante ressaltar a importância e centralidade conferida à noiva e todos os atavios aninhados sobre o seu corpo (vestido, cauda, véu, grinalda,

---

<sup>77</sup> Conforme antigos moradores do lugar, são bolinhos feitos de goma. Junho, 2001.

buquê e jóias) que sublinhavam o papel que a mulher, excluída da vida pública, ocupava na esfera privada. Conquanto, no tempo/espço desta pesquisa, torna-se visível a discussão a respeito da exclusão das mulheres dos cargos públicos, consagrada pela sociedade burguesa capitalista. *"A maternidade e o espaço da casa cercavam a figura feminina por inteiro; o trabalho externo, o 'ganhar dinheiro fora', era uma tarefa masculinizada"* (Buriti, 1999, p. 124).

Ainda recorrendo às lembranças com relação aos preparativos da cerimônia pré-casório, resgata-se a memória<sup>78</sup> do ritual do encontro "dos noivos". Combinava-se com o noivo ou com seus pais, hora e local do encontro das comitivas a cavalo - o que habitualmente se fazia a uns dois quilômetros da casa onde se realizaria o casamento. De acordo com a hora acertada, o pai da noiva e amigos partiam ao encontro do noivo e seu cortejo (testemunhas, familiares e amigos). Incorporados, os dois grupos dirigiam-se para a fazenda do pai da noiva - indo o noivo à frente do séquito. Ao chegar, eram recebidos com muitos aplausos e viva aos nubentes. Também era hábito soltar alguns foguetões<sup>79</sup>. *"Da fazenda Antonio de Azevêdo, José Leopoldino de Azevêdo nas suas primeiras núpcias, teve o encontro na casa de José Venâncio."*<sup>80</sup> No entanto, conforme informou o Sr. Manoel Sabino de Medeiros<sup>81</sup>, *"o encontro dos noivos seguindo estes princípios somente funcionou até finais da década de 20 do século XX"*.

Um elemento importante cuja visibilidade evidencia-se nos matrimônios realizados nas antigas zonas rurais do Seridó diz respeito à consangüinidade. Especificamente, nas fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo há registros orais de que eram constantes os casamentos de primos com primos e,

---

<sup>78</sup> Para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão. Cf. Achard, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução Nunes, J. H., p. 25.

<sup>79</sup> Para saber mais sobre as festas de casamento, consultar Faria, J. L. de. *Velhos costumes do meu sertão*, p. 59-63.

<sup>80</sup> Antônio Afonso de Azevêdo, em entrevista concedida no dia 16.06.2001.

<sup>81</sup> Conhecido por Manoel Estevão, nasceu aos 30.12.1904 e casou-se com Antônia Lima de Medeiros aos 19.12.1919. Parente e vizinho das famílias Azevêdo em estudo, ainda lúcido, é, no então, a pessoa do sexo masculino mais idosa do município de Carnaúba dos Dantas. Depoimento concedido no dia 30.06.2001.

em raros casos, ocorreram os de sobrinho com tios. No entanto, com o decorrer do tempo, o velho hábito de esposar parentes vai cedendo lugar aos casamentos exogâmicos, chegando-se por volta dos anos 20 "a admitir a inclusão de elementos de outra extração social ou etnocultural" (Schapochnik, 1998, p. 477).

Reportando-nos ao dote de casamento, este era obrigação à qual não se furtavam os pais da nubente. Têm-se conhecimento de que no enxoval de Amélia Maria da Conceição, figuravam além dos lençóis, toalhas, guardanapos, roupas de dormir e o vestido nupcial, dois baús (Fig. 19) fabricados com madeiramento de cedro, muito resistentes e que até hoje mantêm-se em perfeito estado de conservação.

FIGURA 19 - Baú dotado por Rafael de França Cunha à Amélia Maria da Conceição por ocasião do seu casamento em 1921.



FOTO: Maria da Paz Medeiros Dantas  
Jun. 2001

FONTE: Arquivo da autora

Enfim, percebemos no conjunto dos discursos que envolve o casamento nos dias atuais, uma redefinição de valores. O modelo de família patriarcal, conforme afirma Samara, "assumiu características regionalmente diferentes e mudou com o tempo" (1989, p. 19). A organização familiar passa hoje por profundas transformações, entre as quais destacamos: a perda crescente de

estabilidade, devida a várias razões, principalmente, transformações ideológicas do ponto de vista moral; novas condições econômicas, alterando o relacionamento entre os membros da família e forçando os pais a se ausentarem de casa grande parte do dia; redução do número de membros do grupo e crescente emancipação da mulher nos planos econômico, jurídico e social.

Depois do tempo de nascer e daquele de fazer a festa do casamento, os outros ritos que marcam a vida privada dizem respeito ao tempo de morrer. No tocante à privacidade, vale lembrar que na discussão historiográfica brasileira e seridoense sobre a morte, a partir do século XIX, predomina a idéia de que o indivíduo devia preocupar-se com uma boa morte<sup>82</sup>. A primeira estratégia de salvação era organizar cuidadosamente a própria morte, depois de viver uma longa vida. A morte acidental, prematura, sem os ritos devidos, era vista como grande desventura, que fazia sofrer a alma de quem partia e a consciência de quem ficava.

A morte não era então vista como o fim do corpo apenas, pois o morto seguiria em espírito rumo a um outro mundo, a uma outra vida<sup>83</sup>. Daí ser necessária a preparação para essa passagem. Nesse contexto, cita-se a morte de um senhor da Fazenda Antonio de Azevêdo - Antonio Professor. A seu respeito assim se referiu a filha Irene Azevêdo: *"Meu pai há muito tempo se preparou pra morte. Diariamente rezava cinco terços. Ele conheceu que estava chegando o momento da partida para o Além. Aí, ele tirou o terço do seu bolso e começou a rezar, ainda verificou o pulso e exclamou pra minha mãe: é em questão de minutos!"*<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> No imaginário do seridoense, uma "boa morte" significava falecer no próprio leito, assistido pela família e amigos, recebendo todos os ritos católicos.

<sup>83</sup> A morte no Brasil é celebrada como uma passagem de um mundo a outro, numa metáfora de subida ou descida e jamais como um movimento horizontal, como ocorre na sociedade americana, onde a morte é quase sempre encapsulada na figura de uma viagem aos confins, limites ou fronteiras do universo. Cf. DaMatta, R. da. A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro. In: *A casa & a rua*, p. 141.

<sup>84</sup> Entrevista concedida no dia 18.07.2001 com Irene Idia de Azevêdo, filha de Antonio Professor. Este nasceu aos 24.02.1881 e morreu aos 11.04.1974.

Com relação às taxas de mortalidade no Seridó, informações colhidas entre os moradores mais antigos das fazendas em estudo apontam para o seu crescimento, a partir das epidemias que assolaram os períodos de secas entre 1845 a 1898 e primeiras décadas do século XX.

Referindo-se à epidemia de cólera-morbus que assolou o município de Carnaúba dos Dantas, revelou-nos o Sr. Tota Azevêdo:

A doença começou em dezembro de 1855 e terminou em janeiro de 1856, quando foi construído o cemitério. Até então, os defuntos eram transportados em redes até Acari, onde eram sepultados. Foi Francisco de Azevêdo Maia - conhecido por Chico de Azevêdo - quem requisitou à Intendência do Acari a construção de um cemitério em Carnaúba dos Dantas, na sua propriedade, pois segundo o mesmo, não estávamos mais aguentando: enterra um aqui, quando se chega em Carnaúba já tem outro que morreu dessa peste. Daí, ao chegar do Acari, logo à tarde foi feita uma ramada. A primeira pessoa a se enterrar nesse local foi o irmão de Chico de Azevêdo - conhecido por Pedro de Azevêdo - que faleceu de cólera um dia após a construção da ramada<sup>85</sup> (janeiro de 1856). Chico de Azevêdo se deslocou até o Acari e comunicou que já tinha enterrado três pessoas naquele local. Como resposta o Intendente lhe deu vinte mil réis para o mesmo fabricar o tijolo e construir o cemitério. Este foi construído em 1856 e ampliado de 1918 para 1919. Os mais antigos diziam que sob a capela do cemitério de Carnaúba dos Dantas estão sepultadas seis pessoas que morreram de cólera. Outrora existiu uma enorme cruz de madeira no local desses sepultamentos. Antonio Professor nos seus manuscritos relatou esse fato, eu li<sup>86</sup>.

Era hábito naquela época, atribuir ao plano místico a responsabilidade das causas das calamidades ocorridas ou graças alcançadas. Então, "a desapareição das causas da morte ou a erradicação de uma epidemia" não eram obra dos homens, estavam sim reservadas aos poderes de uma autoridade maior, o Deus Divino ou aos Santos benevolentes.

Ainda tratando-se de epidemias, citamos a "bexiga braba" que matou dezenas de pessoas, inclusive muitas foram enterradas no campo, sendo suas sepulturas assinaladas com um montículo de pedras<sup>87</sup>. Na Fazenda Cabrinha de Azevêdo, Manoel Cabrinha recusava, em sua propriedade, plantar em um determinado local, afirmando que ali estava sepultado alguém que faleceu da

<sup>85</sup> Área cercada por galhos finos de árvores entrelaçados.

<sup>86</sup> Depoimento concedido no dia 16.06.2001.

<sup>87</sup> Remontava à Antiguidade o costume de cada transeunte arremessar uma pedra sobre o tosco monumento fúnebre. Cf. Marques, A.H. de O. *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 213.

referida moléstia. O Sr. Manoel Sabino de Medeiros - conhecido por Manoel Estevão - também faz referência a uma epidemia de febre amarela que em 1919 acometeu sete lares carnaubenses, em todos deixando óbitos: *"Em toda casa que a febre amarela passou pelo menos matou um. Na casa de meu pai adoeceram todos os oito filhos. O velho Dantinha passou oito dias lá em casa medicando com remédios da carteira. Nunca mais tive febre. Eu conto porque foi verdade, não sou homem de pabulagem nem de mentira"*<sup>88</sup>.

Com o alastramento das epidemias e uma menor resistência às infecções, a mortalidade infantil nas fazendas Azevêdo no período 1870/1940 era muito elevada e passava a ser encarada como um acontecimento quase natural. Por isso esperava-se da mulher casada muitos filhos. Alguns já nasciam mortos ou faleciam antes de completar um ano. Era comum ocorrerem diariamente os "enterros de anjos". O casal Manoel Cabrinha e Amélia Maria da Conceição enterrara nove "anjos". De acordo com os relatos de mulheres idosas: *"Quando chegava o inverno e os matos enramavam, começava a morrinha de crianças"*. Sob esse aspecto, a religião era o consolo dos pais, ajudando na compreensão dessa fatalidade que atingia os filhos de ricos e pobres.

Várias são as razões predominantes da mortalidade de crianças naquela época: vestuário e alimentação impróprios, a incidência de moléstias na primeira infância, a falta de higiene infantil, os males da dentição e dos vermes, as fortes temperaturas, a falta de medicamentos. Todos esses motivos, somados à sífilis dos pais ou das amas, o freqüente insucesso dos partos, o mal dos sete dias (inflamação do umbigo) e a crença no mau-olhado eram responsáveis pelo grande número de crianças mortas tão precocemente<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> "No Mufumbá, matou José, filho de Baeta; no Marimbondo matou José de Saturnino; no Sítio Carnaúba matou um na casa de Antonino; do outro lado do rio Carnaúba matou uma filha de Manoel Leandro; na casa de meu pai [João Estevam] matou Pedro, no dia 10 de agosto, com dez anos; em Joaquim de Leque morreram duas moças; na Ramada matou Bolívar. Sintomas: quentura no corpo, febre e falta de apetite. Os cabelos de minhas irmãs Ana e Maria, caíram". Entrevista concedida no dia 02.07.2001.

<sup>89</sup> Para saber mais a respeito das causas da mortalidade das crianças no século XIX e anteriores, Cf. Freyre, G. *Casa-Grande e Senzala*, p. 364-7.

Os pais que perdiam um filho pequeno no passado não sentiam a mesma dor profunda que sente uma família de hoje. "*Viria outro. O anjo ia para o céu. Para junto de Nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos*" (Freyre, 1998, p. 366).

Segundo o imaginário popular, se batizado, era imediatamente incorporado ao exército angelical comandado por São Miguel, e dessa forma "*é uma glória ter no céu um coro de anjos velando pelos pais na vida e na morte*". O fato é que se prolongaram pelo século XIX e até meados do século XX os constantes enterros de anjos. Geralmente, os das fazendas Azevêdo eram enterrados em tabuleiros enfeitados com coroas de flores.

No Seridó antigo, constatamos a recorrente idéia de que o indivíduo devia preparar-se para morrer, arrumando bem a sua vida, acertando contas com os santos de sua devoção, pagando e perdendo dívidas. "*No Brasil se fala muito mais dos mortos do que da morte*" (DaMatta, 1997, p. 140). Isso explica-se pelo fato de que falar dos mortos é uma forma sutil e disfarçada de negar a morte, fazendo prolongar a memória do morto e dando àquela que foi viva uma forma de realidade.

A Igreja insistia constantemente sobre "*o fim dos prazeres do mundo e sobre a necessidade de cada cristão meditar na passagem para a vida eterna*" (Marques, 1981, p. 210-1). Dessa forma a passagem pelo fogo do purgatório estava presente na memória de cada um que almejava se livrar da condenação eterna - o Inferno.

O Purgatório configura-se como uma região de passagem na geografia celeste. Para dele escapar mais rapidamente, além do arrependimento na hora da morte, os mortos precisavam da ajuda dos vivos, na forma de missas e promessas a santos. "*A existência do Purgatório permitia e promovia a relação entre vivos e mortos*" (Reis, 1997, p. 97).

Nas fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo, quando adoecia um membro da família, e o seu estado de saúde se agravava, além dos parentes mais próximos que se revezavam em torno do leito, era convidado um

“exorcista” para auxiliá-lo na “boa morte”. Em Carnaúba dos Dantas, citam-se dentre alguns “exorcistas”, Manoel Romão, Antonio Professor e Tunica. Exercendo esta última também o ofício de amortalhadeira de defuntos e anjos. Segundo relatos de pessoas idosas, um dos trechos rezados pelo “exorcista” ao agonizante expressava: *“Jesus tenha pena e compaixão de (...). Fulano, peça perdão a Deus e se arrependa dos seus pecados (...).”* Vindo o mesmo a falecer, os familiares, tratavam de expedir portadores às pessoas da comunidade, participando a morte e a hora em que devia partir o féretro rumo ao cemitério da freguesia.

Ressaltamos que a morte ideal aludida no período dessa pesquisa, não devia ser morte solitária, privada. Ela se encontrava mais integrada ao cotidiano extradoméstico da vida, desenhando uma fronteira tênue entre o privado e o público. Quando o fim se aproximava, o doente não se isolava num quarto hospitalar, como ocorre na maioria das vezes atualmente, mas esperava a morte em casa, na cama ou na rede em que dormia, circundado por várias pessoas, inclusive estranhos. A morte representava *“uma manifestação social”* (Ariès, citado por Reis, 1997, p. 104). Os cuidados com os sacramentos eram indispensáveis. Conforme Maria das Neves: *“Para confessar e dar a extrema-unção<sup>90</sup> dos doentes no leito das famílias Azevêdo, mandava-se buscar o padre em Acari ou em Parelhas, o qual vinha a cavalo”*. Enfim, chegado o momento da partida e com vistas a pôr a alma no caminho da salvação, acendia-se uma vela e a colocava na mão direita do moribundo, a fim de iluminar o percurso da alma para o Além. Também a Imagem de Jesus Cristo devia ser beijada pelo enfermo (Figs. 20 e 21). Nessa ocasião, este devia ser consolado e ouvir exortações - já referidas anteriormente - terços, ofícios e ladainhas eram rezados, sendo

---

<sup>90</sup> Rito dos santos óleos. Posto o óleo sobre uma mesa, forrada com toalha limpa, preferencialmente branca, e ao menos uma vela acesa, dada a cruz a ser beijada pelo enfermo, o padre lia-lhe as preces e ungia os olhos, orelhas, nariz, boca e mãos - os instrumentos dos sentidos e dos pecados - segundo os ritos da Igreja Católica. Atualmente, este rito não é ministrado somente aos moribundos, mas também às pessoas idosas. 20.06.2001.

incentivado a arrepender-se dos pecados e entregar serenamente sua alma a Deus.

FIGURA 20 - Imagem do Senhor da Fazenda Antonio de Azevêdo, datada do século XIX.



FIGURA 21 - Imagem do Senhor da Fazenda Cabrinha de Azevêdo, datada dos meados do século XIX.

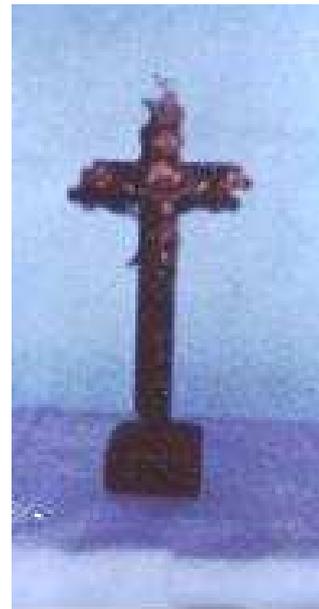


FOTO: Helder Alexandre M. de Macedo  
jun. 2000  
FONTE: Arquivo do autor

FOTO: Maria da Paz M. Dantas, jan. 2001  
FONTE: Arquivo da autora

Essa proteção espiritual que cercava a hora da morte em nossa antiga cultura funerária era fruto de uma sociedade pouco individualista, em que a vida e a morte privadas ainda não haviam sido reduzidas ao pequeno mundo da família nuclear tipicamente burguesa.

Com relação ao vestuário do morto, a maioria dos cadáveres das fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo foram amortalhados,

conforme a sociedade cristã, em hábitos de religião. Após serem banhados<sup>91</sup>, nos homens vestiam-se a cueca, a calça, a camisa e, sobre estas, a mortalha. Nos pés, sapatos ou simplesmente meias marrons ou pretas. O cordão de São Francisco na cintura e uma boina na cabeça (casquete). São freqüentes, nos testemunhos, os votos de envergar o hábito de São Francisco, ou de São Bento, e assim ser sepultado.

Vestir-se ao modo do santo representava desejo de graça, imaginar-se mais perto de Deus, antecipando a participação na corte divina. Analisando por esse ângulo, as mulheres, dependendo da congregação a qual eram associadas ou da santa de sua devoção, eram sepultadas trajando hábitos de Nossa Senhora da Conceição, Santa Terezinha, Santa Luzia. Cita-se o caso de Amélia Maria da Conceição que foi sepultada amortalhada no hábito de Santa Rita. As filhas de Maria eram trajadas de branco. Convém ressaltar os pedidos com antecedência: *"Quando eu morrer quero me sepultar na cova de (...), em trajes de..."*. Outras mandavam confeccionar em vida, como *"Sinhá Joaquina do Melado que mandou fazer a sua mortalha e guardou por volta de dez anos"*.<sup>92</sup> As donzelas iam de mortalha branca e grinalda.

Para amortilhar o defunto, era chamado um especialista nesse ofício. Segundo Câmara Cascudo: *"Nem todos têm o direito de tocar no cadáver"*. Era preciso, por exemplo, se comunicar com o morto, para que este cooperasse com a operação: *"dobre o braço, Fulano, levante a perna, deixe ver o pé!"* Ou: *"Fulano, feche os olhos para o mundo e abra-os para Deus"* (Citado por Reis, 1997, p. 113). Quando tal não sucedia, o morto era paramentado com trajes mais ricos. Ilustramos com o exemplo de *"Manoel Cabrinha [que] foi sepultado vestido com o paletó do seu casamento"*<sup>93</sup>.

Estando adequadamente vestido, o morto estava pronto para o velório, que acontecia na sala de fora - a primeira sala de visita - da sua própria casa. Ele

---

<sup>91</sup> Segundo a tradição judaica, o costume de banhar o corpo do morto simbolizava um rito de purificação, prática esta incorporada às tradições do Seridó antigo e que tende na contemporaneidade a desaparecer.

<sup>92</sup> Depoimento de Maria das Neves Azevêdo de Medeiros, 16.06.2001.

não podia ser abandonado, pois solitário se tornaria presa fácil de maus espíritos. Durante o velório, rezavam-se terços, ofícios, ladainhas e eram servidos lanches. No alpendre, geralmente, o clima era de descontração. Dentre tantas as conversas que surgiam, merecem destaque as histórias de trancoso, de assombração e anedotas. Naquela época o espírito de solidariedade era bem acentuado. Na fazenda dos Azevêdo, Ernestina passou quinze dias enferma e em todas as noites a família, amigos, vizinhos e estranhos mantiveram-se de olhos abertos, vigilantes, solidários.

Até meados do século XIX, os defuntos de Carnaúba dos Dantas eram conduzidos para o cemitério em uma rede presa a uma grade de madeira, sustida por quatro homens que se revezavam de quando em quando. Quando passavam em frente ou próximo a uma casa, os moradores abandonavam os seus afazeres e se incorporavam ao cortejo. A capacidade de mobilizar muita gente, por exemplo, era um sinal de prestígio do morto e de sua família, um símbolo de poder secular, e ao mesmo tempo uma proteção extra para a alma do defunto, que podia se beneficiar das rezas da multidão.

Constatamos que os funerais daquele tempo eram organizados com os detalhes das atuais cerimônias religiosas, objetivando impressionar os mortais, mas também solicitar aos dignitários celestiais receber bem o morto.

Ao chegarem a Carnaúba, dirigiam-se diretamente à Igreja, onde o finado era colocado num caixão - de propriedade do cemitério<sup>93</sup> - para ser, pelo pároco, encomendada sua alma a Deus. Somente depois dessa cerimônia era levado ao cemitério, benzida a sepultura, sendo realizadas as últimas exéquias. É interessante ressaltar que mesmo em época posterior, em que os cadáveres já podiam ser sepultados em seu próprio caixão, alguns moradores das Fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo pediram para ser sepultados sem o amparo da urna fúnebre.

---

<sup>93</sup> Depoimento de Manoel Cirilo de Azevêdo, 28.06.2001.

<sup>94</sup> Conforme José Augusto de Azevêdo, posteriormente o caixão do cemitério começou a ir até a casa do defunto, além dos que se enterravam no de sua propriedade. Como também,

Assim como hoje, era celebrada a missa de trinta dias, e realizada a visita de cova, com o comparecimento dos parentes trajados de preto em sinal de luto, amigos e a comunidade em geral. Segundo o relato a seguir: *"O luto de pais e filhos de maior idade era de um ano, o de avós e netos era de seis meses, e o de tios e sobrinhos em primeiro grau era de três meses"*<sup>95</sup>. A obrigatoriedade do luto no Brasil *"é algo que salienta as relações sociais, sendo imposto de fora para dentro, da sociedade e das relações sociais para todo o círculo de pessoas que cerca o morto"* (DaMatta, 1997, p. 138).

Sabendo-se que a morte é a única certeza desta vida, e que os mortos são os mediadores regulares da comunicação, no imaginário popular, entre este e o outro mundo, a memória e a saudade persistem como alguma forma de relacionamento entre os vivos e os mortos. *"Quanto mais saudade, mais intensa é a memória do morto ou do lugar. Quanto menos saudade, menos intensidade na recordação"* (DaMatta, 1997, p. 155). Desse modo, há obrigações palpáveis diante dos mortos e de suas almas: seus aniversários de nascimento e de morte são lembrados, sua memória deve ser cultuada, conforme o seguinte relato: *"Eu costumo mandar celebrar missas no aniversário de nascimento e de morte do meu marido e de meus pais"*<sup>96</sup>. Há até os que se comunicam com os vivos em sonhos ou em aparições. São almas suplicando orações, pagamento de promessas, dívidas, enfim, fazendo pedidos. Uma possibilidade de juntar vivos e mortos, presente e passado, conhecido e desconhecido.

No entanto, na nossa cosmologia fúnebre, os mortos não aparecem somente para pedir e demandar. Eles também dão e oferecem. *"'Almas penadas' voltam para poder ganhar a liberdade de finalmente 'partir para o outro mundo' "* (DaMatta, 1997, p. 145), tendo em vista que em vida tinham sido egoístas e assim ficado presas a alguma pessoa, emoção, objeto ou propriedade. Comumente ouviam-se dos mais velhos, histórias de almas que apareceram para apontar o

---

comumente, hoje, o féretro é carregado por meio de transporte rodoviário da zona rural para a zona urbana. Morador da Fazenda Antonio de Azevêdo. 16.05.2001.

<sup>95</sup> Depoimento concedido por Maria Cunha de Azevêdo, residente na Fazenda Antonio de Azevêdo, no dia 21-01-2001.

tesouro que em vida haviam enterrado - a botija<sup>97</sup>. Na Fazenda Cabrinha de Azevêdo, colhemos informações a respeito de três escavações na casa do Sítio Tanques, de propriedade de Henrique Cunha, sendo que em apenas duas, supostamente, obtiveram sucesso. No entanto, no que diz respeito à existência destas nas casas-grandes das fazendas Azevêdo são registradas, apenas, no imaginário dos antigos moradores, as lembranças de alguns sonhos.

Enfim, o "morto" é sempre o elemento que deixou o cenário dos vivos, mas que ainda mantém um elo potente com os que ficaram. Como se percebe, nas memórias aqui registradas, no Seridó a morte mata, mas os mortos não morrem. E ainda, concordando com a idéia da arqueóloga Gabriela Martín: *"É através dos mortos que se conhecem os vivos"*.

## CONCLUSÃO

Mediante o estudo que realizamos foi possível concluir que o presente e o passado se entrelaçam, fazendo-nos entender quão foram significativas as antigas fazendas localizadas na Ribeira do Acauã para o surgimento dos atuais municípios da região seridoense, pois a pecuária, inicialmente subsidiária da cultura canavieira, foi responsável pela interiorização e povoamento da região do Seridó nos séculos XVII e XVIII, graças à abundância de terras e facilidades em ocupá-las e às legislações que determinavam o seu afastamento do litoral - área considerada estritamente canavieira.

O processo histórico de ocupação do espaço do município de Carnaúba dos Dantas, atrelado à plantação de fazenda de gado, deu-se a partir da segunda metade do século XVIII e inícios do século XX, com os casamentos dos filhos de

---

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> A inexistência de casas de crédito no sertão daquela época fazia com que alguns enterrassem suas economias (dobrões de ouro ou prata) com receio dos assaltos dos cangaceiros. Normalmente o faziam em panelas de barro cozido. Quando acometidos de morte repentina, sem tempo de revelar o local da botija, elas ficavam sepultadas à espera de quem as tirassem. Cf. Faria, J. L. de. *Velhos costumes do meu sertão*, p. 88.

Caetano Dantas Correia, que procriaram, constituindo várias ramificações familiares.

No século XIX, cresceu o número de pequenas fazendas - propriedades rurais, em razão direta do aumento demográfico da Família Dantas, da Data da Carnaúba, fruto das constantes subdivisões das unidades rurais devido às heranças. Ocupando o seu antigo território, surgiram, dentre outras, as fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo.

Analisando-se a evolução agropecuária da Fazenda Antonio de Azevêdo, observamos uma certa semelhança com o que ocorreu na Fazenda Cabrinha de Azevêdo, pois ambas as fazendas foram povoadas por criadores de gado, e a pecuária foi a razão de ser da conquista e do povoamento regional. Constatamos também, que em uma e outra, desenvolveu-se, primeiramente, a agricultura de subsistência, depois, como complemento desta, a indústria de rapaduras, o beneficiamento do algodão e da mandioca - na Fazenda Antonio de Azevêdo, e a carpintaria e o comércio tropeiro - na Fazenda Cabrinha de Azevêdo.

De acordo com as informações levantadas, podemos verificar que atualmente, a atividade agropecuarista já não tem tanta rentabilidade, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelo sertanejo em decorrência de fatores econômicos e dos fenômenos da natureza, representados pelas constantes secas que assolam os sertões nordestinos.

Ao analisarmos a estrutura arquitetônica das casas-grandes das fazendas Antonio de Azevêdo e Cabrinha de Azevêdo, percebemos que pouco diferem do padrão das demais residências rurais encontradas nas diversas localidades do município de Carnaúba dos Dantas, construídas desde inícios do século XIX até a segunda metade do século XX.

A casa, o espaço doméstico, era uma referência basicamente móvel para essas populações, como o era a sua sobrevivência. Cada aspecto da vida privada das famílias estudadas se processava em seu espaço correto. No interior de seus domicílios viviam como queriam e como haviam aprendido com seus ancestrais, e

qualquer tentativa de penetração nesse mundo, por parte do poder público, deixava de ser vista com bons olhos.

A vida cotidiana remete, com imediatismo, à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo. De um lado, temos uma esfera onde se produzem bens e uma atividade produtiva, um lugar de acumulação e de transformação - a esfera pública - e, de outro, temos uma esfera de "reprodução", ou seja, de repetição do existente, de conservação, de permanências culturais - a esfera privada. No entanto, os diálogos com os entrevistados e os relatos encontrados na historiografia sobre a vida privada nos permitiu enxergar que os registros da vida cotidiana, recheados de acontecimentos "ordinários", não significaram a separação ou o distanciamento com outros indivíduos, e sim uma forma específica de compromisso com a vida.

Dentro da história cultural, Ginzburg (1997) construiu a categoria da circularidade cultural, isto é, a ideologia de determinados eventos que ocorrem tanto no cotidiano público quanto no cotidiano privado não é oriunda apenas de um grupo. São determinados grupos que se apropriam de idéias, valores ou de práticas culturais de outros grupos e que são transformadas a partir de seus valores. É o que ocorre com os ritos. Nestes, temos elementos tanto do ambiente rural, como também do ambiente urbano.

Diante do que foi pesquisado, constatamos as mudanças e permanências nas formas tradicionais de vivência. Com relação às permanências, uma das motivações para que as práticas rurais continuem na paisagem urbana é o êxodo rural que vem ocorrendo, gradativamente, desde o final da década de 80 do século XX na zona rural do município de Carnaúba dos Dantas, conforme os dados populacionais do IBGE: 1950 (81% rural e 19% urbana), 1970 (57% rural e 43% urbana), 1980 (50% rural e 50% urbana), 1991 (30% rural e 70% urbana), 1996 (25% rural e 75% urbana), 2000 (24% rural e 76% urbana), em números redondos. Verificamos que nas duas primeiras décadas citadas, a população rural predominou sobre a urbana. Na terceira década, houve um equilíbrio e, da quarta

à sexta década, a população rural decresceu bastante em relação à urbana. A prática da medicina caseira, o costume de ainda se colocar vela na mão do moribundo, o esquadrinhamento da casa da cidade, a hospitalidade, as relações afetivas de vizinhança, de compadrio, são ritos que se auto-influenciaram (rural/urbano) e ainda são praticados na paisagem urbana contemporânea.

Por outro lado, quanto ao modo de vida nas casas-grandes das fazendas, constatamos que nos últimos anos tem havido enormes alterações, impostas pelo progresso capitalista. Antigos hábitos e costumes estão sendo esquecidos, permanecendo apenas na memória de antigos moradores e nas (raras) obras que existem e retratam o viver do homem sertanejo.

Entendemos que o cotidiano e o privado se apresentam como uma abordagem historiográfica atual e pertinente, considerando que resgata o homem "comum", "ordinário" - como diria Certeau (1999) - das profundezas da exclusão social - bem como as suas práticas do dia-a-dia - e o elege como sujeito ativo e participante do acontecer histórico, responsável, assim, também, pelas transformações e mudanças que se processam nas sociedades ao longo do tempo.

Finalmente, outras considerações ainda podem ser feitas: a exploração acadêmica da memória dessas Casas de Fazenda, dentre tantas outras do município de Carnaúba dos Dantas, configura-se como um convite ao estudo do cotidiano e da vida privada do Seridó antigo, enfrentando desafios e possibilidades que, evidentemente, não se esgotam com o trabalho ora apresentado.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **A - FONTES**

#### **1. Cartoriais:**

- \* INVENTÁRIO post-mortem de Caetano Dantas Correia. Inventariante: Josefa de Araújo Pereira. Primeiro Cartório Judiciário da Comarca de Acari. Maço 01, nº 11, 1798.
  
- \* INVENTÁRIO post-mortem de Pedro José Dantas. Inventariante: Ana Joaquina do Espírito Santo. Primeiro Cartório Judiciário da Comarca de Acari. Maço 04, nº 108, 1857.
  
- \* INVENTÁRIO post-mortem de Manoel Henrique de Azevêdo. Inventariante: Maria das Neves Azevêdo de Medeiros. Cartório Único Judiciário de Carnaúba dos Dantas, Comarca de Acari. Livro 3-D, nº 1423, fls. 94v., 1981.

## **2. Documentos Avulsos:**

### **2.1. Família Azevêdo**

- \* ANTONIO AZEVÊDO FILHO: *Livro de Assento* (década de 20 do séc. XX); manuscrito. Sítio Carnaúba [de Baixo], acervo particular de Irene Idia de Azevêdo [filha].
  
- \* CARTA patente do Cel. Antonio Francisco de Azevêdo. 1877 (transcrita). Cartório Judiciário Primeiro da Comarca de Acari. [Documento extraído de um dos inventários da família Azevêdo Dantas].

### **\* ICONOGRÁFICOS**

### **2.2. Fundação Cultural e Educativa Donatilla Dantas**

DISCURSO oficial pronunciado pelo Sr. José Alberto Dantas, no dia 25 de outubro de 1928. Povoação de Carnaúba: 1928. 9p. (Mimeogr.) [Acervo da Fundação Cultural e Educativa Donatilla Dantas].

### 3. Documentação Estatística:

Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). URL: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Dados históricos dos censos e contagens populacionais do IBGE (1950-2000). Arquivo da Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas.

### 4. Orais:

#### - Entrevistas

- Antônio Afonso de Azevêdo
- Antônia Lima de Medeiros
- Artimísia Florentina Dantas
- Irene Idia de Azevêdo
- José Augusto de Azevêdo
- Manoel Cirilo de Azevêdo
- Manoel Sabino de Medeiros
- Maria Celsa Dantas (*in memorian*)
- Maria Cunha de Azevêdo
- Maria Dantas de Medeiros

- Maria das Neves Azevêdo de Medeiros

## B - BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Trad. e int. José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol. 14, nº 28, 1995.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1980.

BASTOS, Sebastião de Azevêdo. *No roteiro dos Azevêdo e outras famílias do Nordeste*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1957.

\_\_\_\_\_. *Rememorando o passado - crônicas publicadas no jornal "A União", sobre municípios e outras notas*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1957.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURITI, Iranilson. *Uma identidade feita de marcas: imagens e estereótipos da família nordestina*. Recife: UFPE, 2000 (Mimeogr.), p. 31-38

\_\_\_\_\_. A mulher fiscal e o seu espaço na história. In: *Guerreiros do Fisco: a história do agente fiscal da Paraíba (1930-1990)*. Campina Grande: Gráfica Marcone, 1999. p. 123-161.

CALDAS, Alberto Lins. *História oral. Oralidade, texto e história: pra ler a história oral*, São Paulo: Loyola, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal/Rio de Janeiro: FJA/Achiamé, 1984.

\_\_\_\_\_. *Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história - Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-57.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar*. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

D'Aléssio, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 13, n. 25/26. p. 97-103, set.92/ago.93.

DAMATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMIANI, Amélia Luísa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani (org). *A geografia na sala de aula*. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

DANTAS, Donatilla. *Carnaúba dos Dantas - Terra da música*. Brasília: H. P. Mendes, 1989.

DANTAS, Dom José Adelino. *Homens e fatos do Seridó Antigo*. Garanhuns (PE): Gráfica O Monitor, 1961.

\_\_\_\_\_. *O coronel de milícias Caetano Dantas Correia - um inventário revelando um homem*. Natal: Cern, 1977.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-74.

\_\_\_\_\_. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Melo e (org.) *História da vida privada no Brasil 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 275-330.

DUBY, Georges. A História da vida privada. In: ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada, vol 1*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Ed. UFRJ, 1993.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1977.

FARIA, Juvenal Lamartine de. *Velhos costumes do meu sertão*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1996.

FARIA, Osvaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia colonial*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

GONÇALVES FILHO, José de Moura. Olhar e memória. In: NOVAES, Adauto (org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

HELLER, Agnes. Estrutura da vida cotidiana. In: *O Cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. A História do cotidiano. In: DUBY, Georges et al. *História e nova história*. Lisboa: Teorema, 1986.

\_\_\_\_\_. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira et al. 3. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

LIRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Brasília: Fundação José Augusto, 1982.

MACEDO, Adriana Medeiros de et al. Como se vivia nos Sertões do Seridó (século XIX aos meados do século XX). In: MEDEIROS, Maria das Dôres (org.). *Seridó Antigo: história e cotidiano*. Natal: EDUFURN. Caicó: Museu do Seridó. (Col. Humanas Letras). 1994, p. 09-32.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *As antigas fazendas de Carnaúba dos Dantas*. Carnaúba dos Dantas, 1998, 56 p. (Mimeogr.).

\_\_\_\_\_. Quando o sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da História do Seridó Colonial. *O Galo*, Jornal Cultural. Natal: Fundação José Augusto, ano XI, n. 4, abril/maio 2000.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. Natal: 1998, 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

\_\_\_\_\_. Os seridoenses. *Revista Caicó em foco*. Caicó, ano I, n. 1, jul/2000.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3 - República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe (1850-1890): Sertão do Seridó - um estudo de caso da pobreza*. Niterói, 1985. 247 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. (Mimeogr.).

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

\_\_\_\_\_. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

\_\_\_\_\_. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado. *Revista Brasileira de História - famílias e*

grupos de convívio. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 9, n. 17, p. 66-85. set. 88/fev. 89.

OLIVEIRA, Marques A. H. *A sociedade medieval portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981.

PATLAGEAN, Eveline. A História do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (dir.). *A História nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 291-312.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15. n. 29. p. 9-27, 1985.

REIS, João José. Cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil 2 - Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997. p. 95-129.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (Séculos XVI-XIX). *Revista Brasileira de História* - Estruturas agrárias e relações de poder. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, Vv. 11, n. 22. p. 7-33, mar.91/ago.91.

SILVA, Josélia de Araújo & SILVA, Sérgio Enilton. *O viver em fazendas no Acari antigo: espaços de vivência nas fazendas Pinturas e Acauã*. Caicó: 1999. 104 p. Monografia (Graduação em História - Licenciatura e Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (Mimeogr.).

SHAPPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3* - República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 457-510.

SOUZA, Eunice Maurícia de et al. Casas de farinha: persistência de uma tradição? In: MEDEIROS, Maria das Dôres (org.) *Seridó Antigo: história e cotidiano*. Natal: EDUFURN. Caicó: Museu do Seridó. (Col. Humanas Letras). 1994, p. 51-62.

TAVARES, João de Lira. *Apontamentos para a história territorial da Parayba* (edição fac-similar). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982 (Col. Mossoroense, v. CCXLV).

TAVEIRA, Eduardo Salmar Nogueira e. *Contribuição ao estudo tipográfico da habitação potiguar: regiões do agreste, seridó e serrana*. Natal: PRAEU, 1982. 48 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Campinas.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da história - ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-62.